



Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 17.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrtrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu solicito a chamada nominal dos Senhor Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa

defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

20 Senhores Deputados responderam à chamada. Há "quórum" para votação.

Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 69/90

Curitiba, 28 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB a importância de Cr\$ 84.082.638,00 (oitenta e quatro milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros), que serão distribuídos aos seguintes programas:

- Desenvolvimento Florestal - Paraná Rural BIRD - ITCF	Cr\$ 25.000.000,00
- Fundo de Desapropriação e Colonização - FDC	Cr\$ 1.800,00
- Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR	Cr\$ 1.800,00
- Pesquisa Agropecuária - Paraná Rural - BIRD - IAPAR	Cr\$ 12.000.000,00
- Extensão Rural - Paraná Rural - BIRD - EMATER/PR	Cr\$ 24.000.000,00
- Terminais Ferroviários de Distribuição de Calcário - Paraná Rural BIRD - CAPE DO PARANÁ	Cr\$ 23.079.038,00

T O T A L Cr\$ 84.082.638,00

Informo que o presente acréscimo é decorrente da elevação em 30% na Receita de Recolhimento Centralizado existente na Lei Orçamentária Anual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989 que aprovou o orçamento para o exercício de 1990. Tal programação viabilizará o andamento do Programa "Paraná Rural - BIRD", resultante de contrato de empréstimo ajustado entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial-BIRD, onde em uma de suas cláusulas consta que para haver o repasse de recursos do BIRD o Estado deverá apresentar a respectiva contrapartida, e atenderá também programações que por força de legislação estão vinculadas dire-

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, ficam suplementados

os orçamentos próprios do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PRANÁ, aprovados pela Lei Estadual n. 9.173 de 27 de dezembro de 1989 conforme anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 3º desta lei fica aprovado a 1ª reformulação dos orçamentos próprios de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/Paraná, conforme anexos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, bem como a Programação Orçamentária Global da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico- CAFE DO PARANÁ, conforme anexos XII e XIII.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

		A N E X O I	SUPLEMENTACAO	
			CRS 1,00	
I	I	INATUREZA I	IL I	IN.DOC
ICODIGO	Especificacao	I DA	IFTI I	IPROCI
I	I	IDESPESA I	IRI	ICOP I
I 2700	IGSECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I	I I
I	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I	I I
I	I -	I	I I I	I I
I 2702	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I	I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I	I I
I 1132	IPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	I	I I I	I I
I	IINTEGRADO DO PARANA - PARANA	I	I I I	I I
I	IRURAL/BIRD - ITCE	I 4311.02	I00ILI	25.000.000 10159I
I 1133	IPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	I	I I I	I I
I	IINTEGRADO DO PARANA - PARANA	I	I I I	I I
I	IRURAL/BIRD - IAPAR	I 4311.02	I00ILI	6.000.000 10157I
I	I	I	I8ILI	6.000.000 10157I
I 1134	IPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	I	I I I	I I
I	IINTEGRADO DO PARANA - PARANA	I	I I I	I I
I	IRURAL/BIRD - EMATER/PR	I 4140.00	I00ILI	9.000.000 10158I
I	I	I	I8ILI	15.000.000 10158I
I 1156	ITERMINAIS FERROVIARIOS DE	I	I I I	I I
I	IRISTRIBUICAO DE CALCARIO - PARANA	I	I I I	I I
I	IRURAL/BIRD - CAFE DO PARANA	I 4140.00	I18ILI	23.079.038 10156I
I 2254	IPROGRAMACAO A CARGO DO INSTITUTO	I	I I I	I I
I	IDe TERRAS, CARTOGRAFIA E	I	I I I	I I
I	IFLORESTAS DO ESTADO DO PARANA -	I	I I I	I I
I	IITCF	I 4311.02	I25ILI	300 10159I
I	I	I	I26ILI	1.500 10159I
I	I	I	I25ILI	300 10159I
I	I	I	I26ILI	1.500 10159I
		TOTAL I		84.082.638 I

A N E X O I I				SUPLEMENTACAO	
				CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN.DCI IPROCI ICOP I
2800	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I	I I I		I I
	IIDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
	I	I	I I I		I I
2865	IINSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA	I	I I I		I I
	IE FLORESTAS DO ESTADO DO PARANA -	I	I I I		I I
	IITCF	I	I I I		I I
1141	IFUNDO DE DESAPROPRIACAO E	I	I I I		I I
	ICOLONIZACAO - FDC	I	4130.00I26ILI	1.500	I0159I
	I	I	I25ILI	300	I0159I
1142	IFUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL -	I	I I I		I I
	IFDR	I	4130.00I26ILI	1.500	I0159I
	I	I	I25ILI	300	I0159I
1144	IDESENVOLVIMENTO FLORESTAL -	I	I I I		I I
	IPARANA RURAL/BIRD - ITCF	I	4120.00I00ILI	25.000.000	I0159I
2866	IFUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO	I	I I I		I I
	IPARANA - IAPAR	I	I I I		I I
1145	IPESQUISA AGROPECUARIA - PARANA	I	I I I		I I
	IRURAL/BIRD - IAPAR	I	4110.00I00ILI	6.000.000	I0157I
	I	I	I18ILI	6.000.000	I0157I
2867	IEMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA	I	I I I		I I
	ITECNICA E EXTENSAO RURAL -	I	I I I		I I
	IEMATER/PARANA	I	I I I		I I
1176	IEXTENSAO RURAL - PARANA	I	I I I		I I
	IRURAL/BIRD - EMATER/PR	I	4110.00I18ILI	15.000.000	I0158I
	I	I	I00ILI	9.000.000	I0158I
T O T A L I				61.003.600	

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FOMES									
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS									
INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANA - ITCF									
ANEXO III									
FABRICAÇÃO									
DESDORRAMENTO									
FONTE									
ENTRADA									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									
FABRICAÇÃO									
CDS 1.000									
1989/03/90									

Fl. 04

 CN: 20/04/90
 PABIMAI 01
 CDS 1,000

ANEXO IV

 20 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS
 65 - INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANA - ITCF

T E S O U R O

NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LIDERADO	ORÇAMENTO		LIDERADO		DIFERIDO	KAP	TOTAL ORÇAMENTARIO	TOTAL GERAL
			INICIAL	LIDERADO	LIDERADO	DIFERIDO				
3110100	17	1	31.346.041	1.000	31.346.041	1.000		31.346.041	31.346.041	
3110200	18	1	1.723.991	1.723.991	1.723.991	1.723.991		1.723.991	1.723.991	
3110300	18	1	33.071.032	33.071.032	33.071.032	33.071.032		33.071.032	33.071.032	
3110400	18	1	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000		1.250.000	1.250.000	
3110500	18	1	18.537.803	18.537.803	18.537.803	18.537.803		18.537.803	18.537.803	
3120000	18	1	952.502	952.502	952.502	952.502		952.502	952.502	
3120000	18	1	19.491.305	19.491.305	19.491.305	19.491.305		19.491.305	19.491.305	
3120000	18	1	11.076.969	11.076.969	11.076.969	11.076.969		11.076.969	11.076.969	
3120000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3120000	18	1	6.312.515	6.312.515	6.312.515	6.312.515		6.312.515	6.312.515	
3130000	18	1	924.240	924.240	924.240	924.240		924.240	924.240	
3130000	18	1	6.209.898	6.209.898	6.209.898	6.209.898		6.209.898	6.209.898	
3130000	18	1	6.278.989	6.278.989	6.278.989	6.278.989		6.278.989	6.278.989	
3130000	18	1	13.413.127	13.413.127	13.413.127	13.413.127		13.413.127	13.413.127	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3130000	18	1	2.000	2.000	2.000	2.000		2.000	2.000	
3130000	18	1	8.500	8.500	8.500	8.500		8.500	8.500	
3130000	18	1	18.806.292	18.806.292	18.806.292	18.806.292		18.806.292	18.806.292	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3130000	18	1	8.221.153	8.221.153	8.221.153	8.221.153		8.221.153	8.221.153	
3130000	18	1	6.742.418	6.742.418	6.742.418	6.742.418		6.742.418	6.742.418	
3130000	18	1	2.791.245	2.791.245	2.791.245	2.791.245		2.791.245	2.791.245	
3130000	18	1	5.449.792	5.449.792	5.449.792	5.449.792		5.449.792	5.449.792	
3130000	18	1	14.983.455	14.983.455	14.983.455	14.983.455		14.983.455	14.983.455	
3130000	18	1	27.028.445	27.028.445	27.028.445	27.028.445		27.028.445	27.028.445	
3130000	18	1	9.500	9.500	9.500	9.500		9.500	9.500	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3130000	18	1	5.331.549	5.331.549	5.331.549	5.331.549		5.331.549	5.331.549	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3130000	18	1	2.327.978	2.327.978	2.327.978	2.327.978		2.327.978	2.327.978	
3130000	18	1	5.332.549	5.332.549	5.332.549	5.332.549		5.332.549	5.332.549	
3130000	18	1	18.600	18.600	18.600	18.600		18.600	18.600	
3130000	18	1	484.808	484.808	484.808	484.808		484.808	484.808	
3130000	18	1	8.500	8.500	8.500	8.500		8.500	8.500	
3130000	18	1	4.613.893	4.613.893	4.613.893	4.613.893		4.613.893	4.613.893	
3130000	18	1	4.612.893	4.612.893	4.612.893	4.612.893		4.612.893	4.612.893	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	
3130000	18	1	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000	1.000	

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS		LEMONS YRAI VO DA RECEITA POR FONTES		AMENO VI		EM 30/04/90		PAGINAS: 02		R\$ 1,00	
FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR		ESPECIFICAÇÃO		RESPONDIMENTO		FONTE		CAPITAL CLASSE			
CODIGO											
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES										
1.4.0.0.00.00	RECEITA AGRPECUARIA										
1.4.1.0.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL										
1.4.1.0.02.00	OUTRAS RECEITAS DA PRODUÇÃO VEGETAL										
1.4.2.0.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS										
1.4.2.0.02.00	OUTRAS RECEITAS DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS										
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS										
1.6.0.0.17.00	SERVIÇOS AGRPECUARIOS										
1.6.0.0.17.02	OUTROS SERVIÇOS AGRPECUARIOS										
1.6.0.0.99.00	OUTROS SERVIÇOS										
1.6.0.0.99.02	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS										
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
1.7.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS										
1.7.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS										
1.7.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS										
1.7.1.2.02.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS										
1.7.1.2.02.11	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID										
1.7.1.2.02.12	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID										
1.7.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS										
1.7.2.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO										
1.7.2.1.09.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS										
1.7.2.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS										
1.7.2.2.09.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS										
1.7.2.2.09.01	CONVENIOS COM ORGAOS ESTADUAIS										
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL										
2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL										
2.4.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS										
2.4.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS										
2.4.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS										
2.4.1.2.01.01	RECURSOS DA ARRECAÇÃO DO TESOURO										
2.4.1.2.02.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS										
2.4.1.2.02.15	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID										
2.4.1.2.02.16	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID										
2.4.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS										
2.4.2.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO										
2.4.2.1.09.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS										
2.4.2.1.09.01	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS										
2.4.2.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS										
2.4.2.2.07.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS										
2.4.2.2.07.01	CONVENIOS COM ORGAOS ESTADUAIS										

RECEITAS	RECEITAS DE	TOTAL
CORRENTES	CAPITAL	GERAL
155.679.419	45.122.255	211.601.674

Fl. 08

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS									
FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA - JAPAR									
NATUREZA DA DESPESA									
ANEXO VII									
ENT: 20/03/90									
FABRIM: 01									
CRS 1,00									
T E S O U R O									
NATUREZA DA DESPESA									
FONTE									
LIBERADO									
ORÇAMENTO INICIAL									
LIBERADO									
DIFERENÇO									
CAP									
TOTAL									
GERAL									
31110100	1	00	1	70.749.767	1	70.749.767	1	70.749.767	1
31110200	1	00	1	3.371.182	1	3.371.182	1	3.371.182	1
31110300	1	00	1	74.120.949	1	74.120.949	1	74.120.949	1
31113000	1	00	1	2.000	1	2.000	1	2.000	1
31200000	1	00	1	1.500.000	1	1.500.000	1	1.500.000	1
31200000	1	00	1	26.210.700	1	26.210.700	1	26.210.700	1
31200000	1	00	1	1.290.300	1	1.290.300	1	1.290.300	1
31200000	1	00	1	27.501.000	1	27.501.000	1	27.501.000	1
31200000	1	00	1	13.750.791	1	13.750.791	1	13.750.791	1
31200000	1	00	1	1.283.335	1	1.283.335	1	1.283.335	1
31310000	1	00	1	15.034.126	1	15.034.126	1	15.034.126	1
31310000	1	00	1	701.000	1	701.000	1	701.000	1
31310000	1	00	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1
31310000	1	00	1	200.000	1	200.000	1	200.000	1
31310000	1	00	1	902.000	1	902.000	1	902.000	1
31320000	1	00	1	16.581.573	1	16.581.573	1	16.581.573	1
31320000	1	00	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1
31320000	1	00	1	1.881.213	1	1.881.213	1	1.881.213	1
31920000	1	00	1	18.463.786	1	18.463.786	1	18.463.786	1
31920000	1	00	1	501.000	1	501.000	1	501.000	1
31920000	1	00	1	1.000	1	1.000	1	1.000	1
31920000	1	00	1	200.000	1	200.000	1	200.000	1
32310000	1	00	1	702.000	1	702.000	1	702.000	1
32310000	1	00	1	1.951.000	1	1.951.000	1	1.951.000	1
32310000	1	00	1	1.951.000	1	1.951.000	1	1.951.000	1
32310000	1	00	1	33.000	1	33.000	1	33.000	1
32310000	1	00	1	882.558	1	882.558	1	882.558	1
32800000	1	00	1	1.300.000	1	1.300.000	1	1.300.000	1
32800000	1	00	1	1.300.000	1	1.300.000	1	1.300.000	1
32800000	1	00	1	882.558	1	882.558	1	882.558	1
32800000	1	00	1	2.751.000	1	2.751.000	1	2.751.000	1
32800000	1	00	1	2.751.000	1	2.751.000	1	2.751.000	1
32800000	1	00	1	198.000	1	198.000	1	198.000	1

N O M S T R A T I V O D A R E C E I T A P O R F O N T E S				ANEXO IX				EM 29/03/90			
I 28 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS								PAGINA: 01			
I 67 EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER/PARANA								CNC 1,00			
I C O D I G O I				E S P E C I F I C A C A O				I DESDORAMENTO I FONTE I CATEG.ECONOM I			
I 1.0.0.0.00.00	I	I	I	RECEITAS CORRENTES	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.0.0.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS CORRENTES	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.0.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.2.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.2.01.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.2.02.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.2.02.11	I	I	I	OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.2.02.12	I	I	I	OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.1.2.03.00	I	I	I	CONVENIOS COM ORGAOS ESTADUAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.2.0.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.2.1.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.2.1.07.00	I	I	I	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	I	I	I	I	I	I	I
I 1.7.2.1.07.01	I	I	I	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.9.0.0.00.00	I	I	I	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	I	I	I	I	I	I	I
I 1.9.9.0.00.00	I	I	I	RECEITAS DIVERSAS	I	I	I	I	I	I	I
I 1.9.9.0.97.00	I	I	I	OUTRAS RECEITAS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.0.0.0.00.00	I	I	I	RECEITAS DE CAPITAL	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.0.0.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.1.0.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.1.2.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.1.2.07.00	I	I	I	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.1.2.07.01	I	I	I	CONVENIOS COM ORGAOS ESTADUAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.2.0.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.2.1.00.00	I	I	I	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.2.1.07.00	I	I	I	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	I	I	I	I	I	I	I
I 2.4.2.1.07.01	I	I	I	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.0.0.00.00	I	I	I	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.2.0.00.00	I	I	I	INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.2.1.00.00	I	I	I	INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL C/ RECURSOS DO TESOURO	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.2.1.01.00	I	I	I	INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.2.1.03.00	I	I	I	INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS VINCULADOS	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.2.1.03.05	I	I	I	RECURSOS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.2.1.03.06	I	I	I	RECURSOS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID	I	I	I	I	I	I	I
I 2.5.9.0.00.00	I	I	I	OUTRAS RECEITAS	I	I	I	I	I	I	I

I RECEITAS I RECEITAS DE I TOTAL							
I CORRENTES I CAPITAL I GERAL							
I 254.853.456	I	I	I	90.673.423	I	I	I
I 34.224.288	I	I	I	56.449.135	I	I	I
I 2.000	I	I	I	2.000	I	I	I
I 17.224.677	I	I	I	17.224.677	I	I	I
I 3.720.000	I	I	I	3.720.000	I	I	I

[illegible]

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

UNIDADE: COMPANHIA AGROPECUARIA DE FLORESTA ECONOMICO - CAFE DO PARANA

DECEMBER

ANEXO XIII

MC23 1.00

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO	FONTE: PESSOAL E JUROS E ENC.	ENC. SOCIAIS DA DIVIDA	CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPERIOSES AMORTIZACAO	O. DESPESAS GERAIS
FINCIMENTO, MECANIZACAO E APOIO ADMINISTRATIVO - CAFE DO PARANA						
- Promover o fomento e mecanizacão agricola no meio rural, atuando nas áreas que demandam presença decisiva e eficaz em favor do produtor rural, observadas as diretrizes da Política Agrícola Estadual. Executar as seguintes metas:						
- Coordenar e administrar as ações das 18 unidades regionais e da sede.						
- Beneficiar e comercializar 80,0 mil kg de mel.						
- Produzir e comercializar 3,2 milhões de alecrins, 79,0 mil sacas de sementes e 85,0 mil mudas de citros.						
- Prestar 387,9 mil horas de serviços de mecanização geral, beneficiando do 44,9 mil produtores em uma área de 53,1 mil hectares.						
- Construir 2,4 mil acres beneficiando uma área de 26,8 mil hectares.						
- Implantar viveiros de citros, produzir e comercializar 850,0 mil mudas.						
- Executar sistemas de treinamento e conservação de solos em 120,0 mil hectares e promover distribuição de 399 toneladas de calcário.						
- Executar serviços de drenagem e sistematização numa área de 25,0 mil hectares.						
T	37.043.5651		1.0001	1.0001		2.0001
OF		298.547.6981		12.055.2791		347.646.5421
PRODUCCAO ANIMAL - PARANA RURAL/BID - CAFE DO PARANA						
- Abertura simbólica de dotação para posterior alocação de recursos visando a execução da programação integrante do Paraná Rural, conforme projeto específico do órgão orçamentário Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.						
T	2.0001		2.0001	4.0001		6.0001
OF		1.0001				3.0001
IRRIGACAO E DRENAGEM - PARANA RURAL/BID - CAFE DO PARANA						
- Abertura simbólica de dotação para posterior alocação de recursos visando a execução da programação integrante do Paraná Rural, conforme projeto específico do órgão orçamentário Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.						
T	2.0001		2.0001	4.0001		6.0001
OF		2.0001		2.0001		6.0001
TERMINAIS FERROVIARIOS DE DISTRIBUICAO DE CALCARIO - PARANA RURAL - BID						
- CAFE DO PARANA						
- Dotar o Estado de infraestrutura adequada para o transporte e distribuição de calcário visando aumentar a produtividade do solo na correção de acidez e outros limitantes, melhorar e preservar a fertilidade do solo através da construção de 5 terminais ferroviários.						
T	2.0001		2.0001	57.049.2401		57.049.2401
OF		2.0001		2.0001		6.0001
TESAURO						
			5.0001	57.058.2401		57.063.2401
OUTRAS FONTES						
	37.049.5651		298.552.6981	12.059.2791		347.661.5421
TOTAL	37.049.5651		298.557.6981	69.117.5271		404.724.7901

ANEXO XII

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
UNIDADE:	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO-ECONÔMICO - CAFÉ DO PARANÁ	
RECEITAS		NCZ\$ 1.00
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO		57.863.248
.ORDINÁRIO		6.802.042
.VINCULADO		50.261.206
OUTRAS FONTES		347.661.542
.DIRETAMENTE ARRECADADO		347.661.542
.OPERACÃO DE CRÉDITO		-
.INTERNA		-
.EXTERNA		-
.CONVENIOS		-
.DIVERSAS		-
TOTAL		404.724.790

MENSAGEM N° 70/90

Curitiba, 28 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta o valor de Cr\$ 464.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado de 1990 sendo: Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Saúde e Cr\$ 264.000.000,00, (duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, que serão distribuídos aos seguintes programas:

- Programação a cargo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR
Cr\$ 200.000.000,00
- Construções e Equipamentos para Segurança Pública.
Cr\$ 14.000.000,00
- Reequipamento para Polícia Militar.
Cr\$ 120.000.000,00
- Manutenção do Hospital da Polícia Militar.
Cr\$ 30.000.000,00
- Descentralização e Reequipamento do Corpo de Bombeiros.
Cr\$ 100.000.000,00
- TOTAL
Cr\$ 464.000.000,00

Informo que a presente mensagem atende as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados ao Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990 e vetadas por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é decorrente do saldo de receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de

1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 464.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros) sendo Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Saúde e Cr\$ 264.000.000,00, (duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei fica suplementado o orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR aprovado pela lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, conforme anexo II desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do contido no artigo 3° desta lei fica aprovada a 1a. reformulação do orçamento próprio de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, conforme anexos III, IV e V.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

A N E X O I				SUPLEMENTACAO	
				CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN. DOI IPROCI ICOP
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	I	I I I		I I
3902	ICABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2023	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO ICAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR	I	I I I		I I
		I 3211.03	I01ILI	40.000.000	I0154I
		I	I ILI	20.000.000	I0154I
		I	I ILI	7.000.000	I0154I
		I	I ILI	10.000.000	I0154I
		I	I ILI	3.000.000	I0154I
		I 4311.02	I01ILI	50.000.000	I0154I
		I	I ILI	70.000.000	I0154I
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA IPUBLICA	I	I I I		I I
4101	ICABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I I
1007	ICONSTRUCCOES E EQUIPAMENTOS PARA ISEGURANCA PUBLICA	I	I I I	14.000.000	I0155I
4109	ICOMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR	I	I I I		I I
1029	IREEQUIPAMENTO PARA A POLICIA IMILITAR	I	I I I	120.000.000	I0155I
2041	IMANUTENCAO DO HOSPITAL DA POLICIA IMILITAR	I	I I I	30.000.000	I0155I
4112	ICORPO DE BOMBEIROS	I	I I I		I I
1031	IDESCENTRALIZACAO E REEQUIPAMENTO IDO CORPO DE BOMBEIROS	I	I I I	100.000.000	I0155I
T O T A L				464.000.000	I

A N E X O I I				SUPLEMENTACAO	
				CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN. DOI IPROCI ICOP
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
4085	IFUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA I- FCMR	I	I I I		I I
1157	IAMPLIACAO DA REDE FISICA E DOS EQUIPAMENTOS - FCMR	I	I I I	3.000.000	I0154I
		I 4110.00	I01ILI	50.000.000	I0154I
		I 4120.00	I01ILI	70.000.000	I0154I
2027	IADMINISTRACAO E OPERACAO DE ISERVICOS - FCMR	I	I I I	40.000.000	I0154I
		I 3223.01	I01ILI	20.000.000	I0154I
2028	IADMINISTRACAO E DESENVOLVIMENTO IDE RECURSOS HUMANOS - FCMR	I	I I I	7.000.000	I0154I
		I 3200.00	I01ILI	10.000.000	I0154I
T O T A L				200.000.000	I

[illegible]

100-443886-100

[illegible]

ANEXO IV									
ENTIDADES VINCULADAS									
NATUREZA DA DESPESA									
FUNDAÇÃO LAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR									
RESUMO									
NATUREZA DA DESPESA	FONTE	OUTRAS FONTES	LIBERADO	ORÇAMENTO INICIAL	LIBERADO	DIFERIDO	RAP	TOTAL ORÇAMENTARIO	TOTAL GERADO
32310000	1	81	1	531.160	1.353.884	0.353.884		8.353.884	531.160
32540000	1	81	1	564.640					19.000
32550000	1	81	1	10.000					10.000
32570000	1	81	1	10.000					10.000
32610000	1	81	1	10.000					10.000
32620000	1	81	1	10.000					10.000
32800000	1	81	1	10.000					10.000
41100000	1	81	1	10.000					10.000
41200000	1	81	1	10.000					10.000
41300000	1	81	1	10.000					10.000
42610000	1	81	1	10.000					10.000
43230000	1	81	1	10.000					10.000

Curitiba, segunda, em 02.04.90

ANEXO IV									
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - ENTIDADES VINCULADAS									
FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR									
NATUREZA DA DESPESA									
TEGOURO									
T O T A L									
O U T R A S									
F O N T E S									
O R C A M E N T O									
I N I C I A L									
L I B E R A D O									
D I F E R I D O									
R A P									
O R C A M E N T A R I O									
T O T A L									
O E R A L									
43230000	40	12.789.360	1	35.401.678	35.401.678	12.789.360	1	12.789.360	1
	81	6.227.280	1	35.401.678	35.401.678	6.227.280	1	6.227.280	1
	T	19.016.640	1	35.401.678	35.401.678	54.418.310	1	54.418.310	1
T O T A L		1.125.909.728	1	897.933.473	897.933.473	2.023.843.201	1	2.023.843.201	1
ANEXO V									
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - ENTIDADES VINCULADAS									
PROGRAMA DE TRABALHO									
FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR									
NATUREZA DA DESPESA									
TEGOURO									
T O T A L									
O U T R A S									
F O N T E S									
O R C A M E N T O									
I N I C I A L									
L I B E R A D O									
D I F E R I D O									
R A P									
O R C A M E N T A R I O									
T O T A L									
O E R A L									
436.031.137	288.082.650	725.713.787	136.808.008	10.000	35.401.678	172.219.686	897.933.473	897.933.473	1
27.943.900	92.876.010	120.841.910	985.950.738	100.440	17.016.640	1.005.057.848	1.125.909.728	1.125.909.728	1
464.775.037	381.780.660	846.555.697	1.122.758.746	110.440	54.418.310	1.177.287.504	2.023.843.201	2.023.843.201	1
ANEXO V									
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - ENTIDADES VINCULADAS									
PROGRAMA DE TRABALHO									
FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA - FCMR									
NATUREZA DA DESPESA									
TEGOURO									
T O T A L									
O U T R A S									
F O N T E S									
O R C A M E N T O									
I N I C I A L									
L I B E R A D O									
D I F E R I D O									
R A P									
O R C A M E N T A R I O									
T O T A L									
O E R A L									
1157	AMPLIACAO DA REDE FISICA E DOS EQUIPAMENTOS - FCMR	14.076.119	1	300.108.784	300.108.784	314.984.903	314.984.903	314.984.903	1
2026	MANUTENCAO DA REDE FISICA - PRORURAL	33.370.674	1	81.040	81.040	33.451.914	33.451.914	33.451.914	1
2027	ADMINISTRACAO E OPERACAO DE SERVICOS - FCMR	250.126.751	1	877.076.880	877.076.880	1.135.223.631	1.135.223.631	1.135.223.631	1
2028	ADMINISTRACAO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FCMR	474.704.615	1			474.704.615	474.704.615	474.704.615	1
2030	SERVICOS DE APOIO DIAGNOSTICO, PROFILATICO E TERAPEUTICO - FCMR	65.470.139	1			65.470.139	65.470.139	65.470.139	1
T O T A L		846.555.697	1	1.177.287.504	1.177.287.504	2.023.843.201	2.023.843.201	2.023.843.201	1

EM: 20/03/90
PAGINA: 01
CRS 1,00

EM: 20/03/90
PAGINA: 03
CRS 1,00

MENSAGEM N° 71/90

Curitiba, 28 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que suplementa na Programação a cargo do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, a importância de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros).

Informo que a presente mensagem visa atender despesas com aquisição de material de consumo para o Instituto de Identificação - SESP.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida suplementação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica autorizada a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), na programação a cargo do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, conforme dotação abaixo:

- 2102.03070212.011 - Aquisição Centralizada de Materiais - DEAM.

3211.03 - Transferência a Entidades Estaduais para Outras Despesas Correntes
Fonte 00 Cr\$ 8.000.000,00

Art. 2° - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei fica autorizada a suplementação do orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, conforme dotação abaixo:

- 2252.03070212.019 - Aquisição Centralizada de Materiais - DEAM

3120.00 - Material de Consumo
Fonte 00 Cr\$ 8.000.000,00

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustamentos necessários nos demonstrativos da receita e despesa, bem como nos quadros de detalhamento de despesas do orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Art. 4° - A alteração a que se refere

o artigo 3° modifica a composição das dotações centralizadas no Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, a fim de atender aquisição de material de consumo específico para o Instituto de Identificação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 72/90

Curitiba, 28 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Castro um imóvel medindo 12,10 hectares, a ser desmembrado de área maior denominada Fazenda Matilde, situada em Maracanã, Município de Castro, objeto da transcrição n° 10.206, do livro 3-E, fls. 140 verso e 141, datada de 25 de maio de 1954, no Registro de Imóveis da Comarca.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois o referido imóvel, que já se encontra cedido em comodato ao Município de Castro, será utilizado por aquela Municipalidade nas instalações do Parque Exposição Feira Municipal.

Por outro lado, vale ressaltar que o anteprojeto de lei em causa prevê dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência fique gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Castro um imóvel e as benfeitorias nele existentes, já cedidos em comodato àquela Municipalidade, medindo 12,10 hectares, a ser desmembrado de área maior denominada Fazenda Matilde, situada em Maracanã, Município de Castro, objeto da transcrição n° 10.206, do livro 3-E, fls. 140 verso e 141, datada de 25 de maio de 1954, no Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2° - O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior será exclusivamente utilizado pelo donatário nas instalações do Parque de Exposição Feira

Curitiba, segunda, em 02.04.90

Municipal e ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da prevista.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 73/90

Curitiba, 28 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 26 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento de Ação Ecológica - MAE, visando a promoção de atividades de educação ambiental, durante a "Operação Verão 90", no litoral paranaense, e ao termo aditivo de 09.02.90.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 74/90

Curitiba, 28 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 23 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico, nesta Capital.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO - PDC

Curitiba, 02 de abril de 1990.

Of. nº Ref. 155/90.

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho solicitar a Vossa Excelência, que o Deputado Estadual Eduardo Baggio, recentemente filiado ao P.D.C, Partido Democrata Cristão, assuma a liderança do referido Partido, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

No aguardo de um pronunciamento favorável de Vossa Excelência, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALTAIR COELHO DE ANDRADE

Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 08/90, que cria o Município de Farol, com território desmembrado de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUE-REM seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 88/90, que cria o Município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 58/90, que aprova um crédito suplementar na Programação a Cargo da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 79/90, oriundo da Mensagem Governamental 80/90, que objetiva abrir crédito suplementar à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 125/90, oriundo da Mensagem Governamental n° 55/90, que aprova crédito suplementar na Programação a cargo da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 199/89, que cria o Município de Ventania.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 331/89, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 132/88, 219/89 e 250/89, que declaram de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, com sede e foro nesta Capital, Associação Comunitária Evangélica Canaã, com sede e foro em Colombo e a Cruzada Social Cosme e Damião de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro nesta Capital, respectivamente.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 112/90, que declara de Utilidade Pública o Lar de Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro em Pato Branco.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 652

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 29/90, que declara de Utilidade Pública a Creche Municipal Recanto Feliz, com sede e foro em Mandaguari.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) IRONDI PUGLIESI.

REQUERIMENTO N° 659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 55/90 e 56/90, que declaram de Utilidade Pública o Lar Preservação da Vida, com sede e foro em Maringá, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro em Santa Fé.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO N° 660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 84/90, que declara de Utilidade Pública a Obra Kolping Regional do Paraná, com sede e foro em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município de Cambeí.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 10/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de São Manoel, desmembrando-o do Município de Indianópolis, uma vez que já se encontra em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 645

Curitiba, segunda, em 02.04.90

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 157/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito na área que especifica, o município de São Manoel, desmembrado do Município de Indianópolis, com as divisas e confrontações que especifica, uma vez que já se encontra em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei que cria o Município de São Manoel.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos projetos aprovados em terceira discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 150/89, que cria o município de Imbaú, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 177/87, que cria o município de Mauá da Serra, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 259/85, que cria o município de Lidianópolis, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 50/90, que cria o município de Pirapó, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para apreciar e dar parecer ao Projeto de Lei n° 08/90, que cria o município de Farol, com território desmembrado de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 450

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUE-REM que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para apreciar e dar parecer ao Projeto de Lei n° 88/90, que cria o município de Encantado do Oeste, com território desmembrado de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 632

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei n° 89/90, que denomina Rodovia José de Oliveira Fabrício dos Santos, a estrada que liga o município de Juruanda ao município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em Comissão Geral, no dia 04.04, às 14:30 h, para apreciação do Projeto de Resolução n° 14/90, de sua autoria, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Bragantina, Município de Assis Chateaubriand, visando a sua emancipação política.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e especificamente com base no disposto no art. 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 03.04, às 14:30 h, para apreciar o Projeto de Lei n° 161/90, que cria o Hospital Regional da Mulher, no município de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 661

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a transformação desta Assembléia em Comissão Geral para que na próxima quarta-feira, dia 04, às 14:30h, seja apreciado o Projeto de Lei n° 120/90, de autoria deste Parlamentar, que concede remissão às operações com sal mineralizado, serviços de transporte por fretamento e fornecimento de energia elétrica que especifica.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "voto de profundo pesar" pelo passamento do Senhor Urbano Caldeira, natural de Ponta Grossa, nascido a 26 de fevereiro de 1913, ocorrido naquela cidade em data de 25 de março do corrente ano.

Pertencente à tradicional família princesina, o extinto era casado com Dna. Silvia de Sá Sottomaior Caldeira e deixa 4 filhos: Rosi, Carmem Lucia, Urbano Junior e Silvio, bem como 13 netos e 11 bisnetos.

O infausto acontecimento sensibiliza profundamente a sociedade pontagrossense, onde gozava do mais elevado conceito, não apenas como empresário de renome e impor-

tante membro da direção do Clube Guaíra de Ponta Grossa, instituição a que estava inteiramente integrado, de 1957 à 1961 como Diretor e de 1962 à 1981 como Presidente, tornando a reassumir em 1988, mas, principalmente pela admirável pessoa humana que era, pai exemplar e esposo dedicado a quem, hoje, o Parlamentar vem render suas homenagens e gratidão.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 853 - Ponta Grossa - PR. - CEP 84.040.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 628

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Senhor Austregésilo Carrano.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Editoria Scientia et Labor, da Universidade Federal do Paraná lançou, em movimento e comentado acontecimento, no dia 22 de março próximo passado, nesta Capital, a obra "Canto dos Malditos", de Austregésilo Carrano.

A obra, trabalhada com incrível sensibilidade e extraordinário brilho pelo autor, constitui-se numa dessas peças raras da literatura contemporânea. A tessitura das palavras, por Austregésilo Carrano, retrata um dom indisfarçável para o relato claro, cândido, honesto e sereno do óbvio, sem espaço para o excesso.

Que do presente se dê ciência ao homenageado.

REQUERIMENTO N° 627

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Senhora Elisabeth Teles Campos, pela sua eleição para a presidência da Associação de Moradores Uberaba de Baixo.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Elisabeth Teles Campos foi eleita, no último dia 03 de março, para o cargo de presidente daquela Associação, para um mandato de dois anos.

Essa eleição, reflete o reconhecimento e respeito da comunidade, diante do trabalho excepcional desenvolvido pela homenageada, há muito tempo, frente às lutas por

Curitiba, segunda, em 02.04.90

conquistas para o Uberaba de Baixo, nesta Capital.

Elisabeth Teles Campos é uma incansável batalhadora que poderia perfeitamente acomodar-se, como fazem tantos, às mesmices do dia-a-dia. Porém, não o faz, emprestando-se incommensuravelmente ao trabalho pela comunidade.

Requer, ainda, seja dada ciência à homenagem.

REQUERIMENTO N° 629

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à nova diretoria da Sociedade "Socorro dos Necessitados".

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade "Socorro dos Necessitados" é mantenedora de asilamento de necessitados, na "Vila Herculano Souza", da Creche "Lions Clube de Curitiba" e do Retiro da Velhice - Tarumã. Como se apercebe, claramente, a função precípua da entidade mencionada é a prática da solidariedade elevada e o empréstimo à ação em favor dos desafortunados.

O respeito conquistado junto à comunidade curitibana é a prova maior do trabalho espetacular desenvolvido pela entidade, desde a sua fundação, em 21 de setembro de 1921, em favor dos necessitados.

É a seguinte a nova Diretoria, que terá a atribuição de dar continuidade ao mesmo trabalho sério, empreendedor e abnegado da Sociedade "Socorro dos Necessitados": Presidente, Dr. Francisco L. R. Macedo; Vice-Presidente, Dr. Renato Volpi; 1.ª Sec., Professora Maria do Carmo Hartmann; 2.ª Sec., Dr. Antônio Lacerda Braga Filho; Tesoureira, Dona Ondina Abreu Ferreira de Barros.

Recebam, todos os eleitos e empossados, não só os cumprimentos do Poder Legislativo, como também nossa manifestação de apoio, para o trabalho que tão humanitariamente prestam.

REQUERIMENTO N° 633

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulado e inserido em Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos à OPECAM - Ordem dos Pastores de Campo Mourão, pela posse ocorrida em solenidade no último dia 13 de março.

Desejando que este cumprimento represente o abraço e a solenidade da Assem-

bléia Legislativa, com votos de uma gestão profícua e empreendedora.

Requer-se, ainda, que do presente se dê ciência ao Pastor LÚCIO FREIRE DOS SANTOS, rua São Paulo, 230, Caixa Postal 87 - Campo Mourão - Paraná - CEP 87.300.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 639

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, que sejam formulados e inseridos em Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos, ao Ilustríssimo Senhor José Roberto da Silva, recém-empossado como Diretor de Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Goioerê.

Desejando que este cumprimento represente o abraço da Assembléia Legislativa e os desejos de uma gestão profícua e empreendedora.

Requer-se, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, na prefeitura daquele município.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando que sejam promovidos estudos acerca da viabilidade da instalação do ensino de 2º grau no Distrito de Rancho Alegre, do Município de Goioerê.

A reivindicação ora exposta, advém daquela comunidade que realmente necessita deste benefício para prosseguir rumo ao desenvolvimento local.

Dada a relevância desta reivindicação e certo de merecer a costumeira atenção por parte da Secretaria acionada, ficamos no aguardo de um posicionamento que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 634

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga os Distritos de Iracema (Formosa do Oeste) à Palmitópolis, passando por São Luiz.

A presente reivindicação nos foi enca-

minhada através de lideranças daquela comunidade, as quais nos apresentaram os benefícios incontestes que o atendimento do solicitado, proporcionaria.

Ciente do proverbial atendimento demonstrado por esse órgão quando de outros pleitos, ficamos no aguardo de seu parecer favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando estudos de viabilidade para a instalação de um Banco de Sangue no Município de Goioerê.

O benefício incontestes que a reivindicação desse pedido proporcionaria seria fator preponderante na salvação de vidas humanas atingidas por uma emergência cirúrgica ou de reposição sanguínea.

Dada a relevância desta reivindicação e certo de merecer a costumeira atenção por parte da Secretaria acionada, ficamos no aguardo de um posicionamento que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente da TELEPAR, solicitando estudos de viabilidade para a instalação de Postos Telefônicos (PS), nas localidades de São Luiz e São Pedro, pertencentes ao Distrito de Iracema, do Município de Formosa do Oeste.

Dada a relevância desta reivindicação e do caráter social e econômico que sua concretização abrange, pedimos especial atenção e ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 637

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial ao Poder Legislativo à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga o Município de Reserva ao Distrito de Imbaú, passando por Herval de Baixo.

Curitiba, segunda, em 02.04.90

O perímetro em questão compreende cerca de 29 quilômetros, e a reivindicação nos foi solicitada pelos moradores daquelas comunidades, os quais apresentaram os incontestes benefícios que a concretização desse pedido proporcionaria.

Ciente do proverbial atendimento demonstrado por essa Secretaria, quando de outros pleitos, ficamos no aguardo de posicionamento.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 640

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando o envio de Merenda Escolar, Materiais Esportivos, Medicamentos e Materiais de Limpeza, para a Escola Estadual - Ensino de 1° Grau, do Distrito de Rancho Alegre, do Município de Goioerê.

Outrossim, repassamos ainda a reivindicação para que seja providenciada uma reforma nas estruturas físicas da referida instituição de ensino.

Dada a relevância desta proposição e certo do proverbial atendimento demonstrado por este órgão, quando de outros pleitos, ficamos no aguardo de um parecer favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 641

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura policial, para o Distrito de Iracema, do Município de Formosa do Oeste.

A presente reivindicação deve-se ao fato de atualmente aquela localidade estar praticamente sem atendimento, devido às péssimas condições do veículo Volkswagen, que serve a essa finalidade.

Dada a relevância desta proposição e certo do proverbial atendimento demonstrado por esta Secretaria, quando de outros pleitos, ficamos no aguardo de um posicionamento favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 642

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

Curitiba, segunda, em 02.04.90

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Coronel QOPM Wantuil Borges, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam promovidos estudos acerca da viabilidade da construção de uma nova sede, mais adequada e equipada para o 11º Batalhão da Polícia Militar, do Município de Campo Mourão, dentro dos padrões atuais da PMPR.

A presente proposição dá-se em razão da atual sede do Batalhão estar localizada em uma área residencial nobre da referida cidade, fato este que ocasiona alguns inconvenientes em casos estratégicos e emergenciais, devido ao tumulto ocasionado nas vizinhanças.

Por outro lado, é imprescindível que para o pleno funcionamento desse BPM, sejam oferecidas todas as condições estruturais, uma vez que as instalações vigentes são pequenas e adaptadas de uma velha construção, o que não proporciona reais condições de ampliação.

Informamos ainda, que a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, compromete-se com a doação da área para a referida construção.

Confiante no encaminhamento a ser dado, dentro da brevidade que o próprio caso requer e certo da costumeira atenção, já demonstrada por esta instituição, quando de outros pleitos, colocamo-nos no aguardo de uma resposta favorável.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 625

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Senhor Governador do Estado e à Secretaria da Educação, gestionando pela construção de uma escola de 1º grau (C.A. 1ª à 8ª séries) no bairro do Barigüi - CIC, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A qualidade de vida em Curitiba, alardeada e noticiada, fartamente, em todo o país, promoveu um crescimento inaudito da nossa Capital, superando todas as expectativas de crescimento demográfico, consideradas até aqui.

Pessoas vindas de todo o Estado e do Brasil inteiro, aqui se instalaram, sobretudo nos últimos dez anos, apostando em dias melhores, numa cidade considerada mais humana. Eis que esse "inchaço" resul-

tou na extrapolação dos limites suportáveis da infra-estrutura de atendimento à população. A questão é bem refletida, por exemplo, no déficit habitacional, no crescimento da violência, nas deficiências de transporte, trabalho, saúde e educação.

Restringindo-nos à temática do requerimento - a educação - veremos que a falta de estabelecimentos apropriados nas regiões mais carentes, obriga a população a recorrer a outros pontos da cidade, alguns bastante distantes do local de residência, a fim de alcançar a sabedoria nos bancos escolares.

Além do aspecto negativo que essa escolarização do aluno, longe da comunidade natural, pode propiciar, esse deslocamento da residência até a escola - invariavelmente bem distante - resulta em gastos onerosos à família, como já dissemos de baixa renda.

Cumprido ao Estado a responsabilidade de criar elementos favoráveis à escolarização de toda a população e erradicação do analfabetismo.

Dentro desse pensamento, enfocado muito propriamente pela Constituição Federal, a construção de salas de aula é a efetivação de um compromisso fundamental do Estado com o indivíduo.

Temos certeza de que a Senhora Secretária da Educação e o Senhor Governador do Estado, cientes dessa responsabilidade e sensibilizados diante à situação dramática dessas crianças que têm de "viajar" todos os dias para chegar à escola, tomarão as providências cabíveis para determinação dos estudos necessários e viabilização da construção dessa escola de primeiro grau, em nossa Capital, na localidade apontada.

REQUERIMENTO N° 626

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Superintendência da Caixa Econômica Federal, gestionando pela liberação, em caráter de urgência, dos financiamentos solicitados pela Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, destinados a viabilizar obras para solução dos problemas que vêm se avolumando nesta Capital e na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros paranaenses, residentes em Curitiba ou da vasta Região Metropolitana, têm sido duramente penalizados com a falta ou cortes no abastecimento, motivados pelo esgotamento da capacidade do atual sistema de água e esgoto.

Para acondicionamento do consumo à capacidade, é necessário a realização de algumas obras, em caráter de urgência, sob pena dos sistemas de água e esgoto de Curitiba e adjacências entrarem em colapso, a curto prazo.

Em que pese o trabalho que vem sendo desenvolvido pela excelente equipe de técnicos da SANEPAR, em Curitiba e Região Metropolitana, os serviços permanecem ameaçados ante à completa falta de possibilidades de executar as obras requeridas, todas dependentes de financiamentos já solicitados junto à C.E.F..

Diante do que, encarecemos à Superintendência do órgão aludido, sensibilidade e atendimento ao pleito a fim de garantir a essa camada da nossa população, os serviços de água e esgoto, essenciais à plena e sadia qualidade de vida.

Que do presente, se dê ciência aos Senhores Prefeitos e Vereadores da Região Metropolitana de Curitiba, bem como à Diretoria de Engenharia da SANEPAR.

REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, e após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Ilmo, Diretor Presidente da COPEL, solicitando estudos de viabilidade para a instalação de um "PLANTÃO DA COPEL", no Distrito Administrativo de FAROL, no Município de Campo Mourão.

A presente reivindicação já fora feita junto a este órgão e aguarda deferimento. Certo de poder contar com a costumeira atenção por parte desta direção, como o demonstrado em outros pleitos, ficamos no aguardo de um parecer, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 648

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional Senhor Odeni Mongruel, solicitando a construção de 500 (quinhentas) casas populares no município de Bandeirantes, tendo em vista que, existe um "déficit" habitacional enorme naquele município, e durante os últimos 08 (oito) anos, somente foram construídas 120 (cento e vinte) casas pelo sistema mutirão.

Do presente, Requer, se dê conhecimen-

to aos nobres Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 655

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à Procuradoria da Justiça do Estado do Paraná, Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, solicitando seja oficiado à Secretaria de Estado da Fazenda a obrigatoriedade da prestação das informações solicitadas pelo Poder Legislativo, em data de 19 de fevereiro próximo passado, conforme prerrogativa constitucional, através do Pedido de Informações Anexo.

Requer, ainda, seja mencionado o prazo legal, segundo o dispositivo constitucional, para prestação das informações, além do crime que o ato-contrário importa.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Pedido de Informações é uma prerrogativa legítima e legal do Poder Legislativo para o desenvolvimento da sua função latente de órgão fiscalizador do Estado. Isto está expresso na Constituição de cinco de outubro de 1989.

Lamentavelmente, isso não tem sido observado por algumas das autoridades acionadas por essas solicitações de informações, a exemplo da inadiplência da Secretaria da Fazenda, em negando-se a prestar as informações arroladas no pedido anexo.

Ora, se há uma Constituição, como pode a administração pública não se nortear por ela?

São imprescindíveis as informações encarecidas à Secretaria da Fazenda, como forma de investigar denúncias de corrupção no Instituto de Pesos e Medidas do Estado, IPEM/PR, órgão responsável pela elevada função de metrologia legal no Paraná.

Não as prestando, peca a Secretaria da Fazenda por conivência. Contudo, o Poder Legislativo não as releva, nem as relevará.

Vai apurá-las, uma a uma, usando de suas prerrogativas. Para isso, entretanto, necessita das informações solicitadas - salvo se elas não existirem - a fim de conduzir-se pelos caminhos da lucidez e da justiça.

REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja

Curitiba, segunda, em 02.04.90

transcrita nos Anais do Poder Legislativo a matéria anexa, portando a análise do eminente advogado Dr. Eliud José Borges (OAB-PR 4713) sobre o atraso no pagamento dos precatórios do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná foi palco de interessante discussão sobre o tema, desencadeada pela proposta de convidar-se o presidente da Augusta Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Seção Paraná. Dr. José Cid Campêlo, para fazer pronunciamento sobre a matéria.

O ilegal e inconstitucional atraso no pagamento de tais precatórios investe o Estado na condição de inadimplente, diante dos que, por força da Ação Judicial, são merecedores de pagamento de diferença de remuneração.

As observações lúcidas do eminente advogado, sobre o assunto, traduzem uma preocupação de todos nós integrantes do Poder Legislativo, no que diz respeito ao cumprimento da Legislação que garante os direitos de cada cidadão e os deveres do Estado.

Requer, ainda, que do presente, se dê ciência ao Senhor Governador do Estado do Paraná, ao Secretário das Finanças e ao autor da matéria.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 021/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei:

Inicia na foz do Rio Cotia, junto à margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40"S e 50°18'12"W (Grw), segue o citado Rio Cotia acima, até a foz do Arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente, e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, e segue ao longo desta até o divisor de água, junto à estrada municipal, daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São João, segue Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até a sua cabeceira, daí, em linha reta cruzando a Rodovia e a Ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí, segue este arroio abaixo até a sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí segue Rio Jutuba abaixo, até a foz do Arroio Bonsucesso, e subindo por este até a cabeceira de um afluente da

Pág. 29

marginal direita, e segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do Rio Pitangui, e segue por este afluente abaixo até o Rio Pitangui, e segue Rio Pitangui abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí, segue pela Represa dos Alagados e Rio Pitangui abaixo até alcançar a Foz do Rio Congonhas, e segue este acima, até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, daí, segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado e segue este abaixo, até sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí, segue o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio e Vera Agibert.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 195/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN, 50% (cinquenta por cento) da receita das multas arrecadadas por infração às normas de uso das vias públicas dos Municípios, será repassado às respectivas Prefeituras Municipais, no caso delas administrarem a manutenção viária e do sistema de sinalização e segurança do trânsito urbano.

Artigo 2° - O restante dos recursos do FUNRESTRAN será dividido na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o Departamento Estadual de Trânsito e 50% (cinquenta por cento) para a Polícia Militar do Estado para uso nos órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior.

Artigo 3° - Os recursos arrecadados pelo Estado, e devidos ao município, nos termos do artigo 1° desta Lei, deverão ser recolhidos ao Município dentro do prazo de 30 dias após a arrecadação.

Parágrafo Único - O Município, ao receber estes recursos, fica obrigado a aplicá-los integralmente na manutenção do sistema viário, de sinalização e segurança do trânsito urbano.

Artigo 4° - Os demais dispositivos das leis estaduais n° 6.264 de 10 de Janeiro de 1972, e n° 6420 de 22 de outubro de 1973, não conflitantes com a presente lei, permanecem em vigor.

Artigo 5° - Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Os recursos advindos com as receitas obtidas com as infrações às normas de uso das vias públicas dos Municípios servem para fazer frente às despesas, que os órgãos municipais têm com a manutenção e investimento na área de trânsito urbano.

A rigor o antigo sistema, verifica-se no caso concreto uma defasagem enorme entre a despesa tida com o sistema viário e trânsito, em contrapartida à receita obtida.

Isto leva o Município a ter um sistema arcaico e ultrapassado, haja vista não possuir recursos para a manutenção e melhoria dos sistemas referidos.

Urge assim, destinar as receitas advindas com infrações ao trânsito municipal, endereçando ao município, aquilo que de direito e da justiça lhes pertencem.

Assim sendo, estaríamos protegendo, como é de nosso dever, a vida dos cidadãos, e colaborando para a segurança pública dos paranaenses, com os recursos atualmente disponíveis.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) RAFAEL GRECA

PROJETO DE LEI N° 196/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica assegurada a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (I.C.M.S.) sobre o Importe do Consumo de energia elétrica, aos mutirantes e/ou moradores de casas populares.

Artigo 2° - O Poder Executivo, para o cumprimento do disposto nesta lei, regulamentará através de decreto.

Artigo 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta reveste-se de caráter fundamentalmente social.

É de conhecimento geral que as pessoas a quem esta medida beneficia, necessitam extremamente de todas e quaisquer isenções que o governo puder conceder-lhes, dada suas reais carências e condições financeiras.

Ciente da sensibilidade dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, submetemos o presente plano de lei à apreciação e esperamos poder contar com o apoio, que a própria questão requer.

PROJETO DE LEI N° 197/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Art. 1°, da Lei n° 8947, de 05 de abril de 1989, com a redação dada pela Lei n° 9077, de 18 de setembro de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Godoy Moreira, "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de São João do Ivaí, obedecendo as divisas abaixo especificadas:

"Começa na foz do Córrego Jirau no Rio Corumbataí e dali até a sua nascente; dali em diante até encontrar a linha de divisa da Gleba Suíça com a Gleba Lunardelli; segue por esta linha, divisando com o Município de Lunardelli, até alcançar o Córrego Mangueirão; segue por este acima até a sua nascente e dali pelo divisor até a nascente do Córrego Catabriga; por este abaixo até a linha seca sul da Gleba Lunardelli, segue por esta linha, divisando com o Município de Jardim Alegre, até o Rio Corumbataí e por este abaixo até a foz do Córrego Jirau, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A proposição da presente medida, que visa retificar as divisas do Município de Godoy Moreira, prende-se ao atendimento do contido no Ofício n° DGC-071/90, da Diretoria de Geociências do IBGE, o qual ressalta a necessidade de correção do texto legal em questão, para correta informação ao Tribunal de Contas da União sobre a população do referido Município, com vistas à estimativa necessária para os repasses de arrecadação, tendo em vista as condições sócio econômicas a serem pesquisadas no próximo Recenseamento Geral de 1990, o que far-se-á dentro da área descrita.

PROJETO DE LEI N° 198/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - A categoria funcional Museólogo, com as atribuições e regulamentação expressas na Lei Federal n° 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e Decreto Federal n° 91.775, de 15 de outubro de 1985, passa a integrar o anexo I, do Grupo P - Profissional, Padrão I, da Lei n° 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Artigo 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente plano de lei o objetivo de incluir no Plano de Classificação de Cargos do Estado do Paraná, a categoria funcional de Museólogo, Padrão I, tal qual acontece com as categorias de Administrador, Economista e Farmacêutico, por crermos que a formação exigida ao Museólogo encontra-se nos mesmos parâmetros dessas profissões, ou seja, para a sua formação é necessário um curso superior, com duração de quatro anos letivos.

Muitos museólogos já são funcionários públicos ocupando cargo de Técnico em Assuntos Culturais, porém aguardando a definição do Enquadramento da Profissão.

A não existência do Cargo de Museólogo no Quadro Geral do Estado, constando apenas, o cargo de Técnico em Assuntos Culturais, para os funcionários com formação em Museologia, não se justifica, tendo em vista a regulamentação da profissão, por lei federal. Não poderá ser aceitável também, a equivalência do Cargo de Museólogo com o Técnico em Assuntos Culturais.

Reconhecendo a importância do trabalho desses profissionais, no Estado, junto aos órgãos encarregados da preservação de nossa memória e cultura, não pode o Poder Legislativo, conhecendo essa situação inusitada, esquivar-se de propiciar a justiça, de que se reveste o enquadramento proposto.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeiro orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Voltamos a tocar no assunto de alguns dias atrás com relação ao IPEM. E dias atrás saiu na imprensa a seguinte manchete: (Lê).

"IPEM ADMITE A EXISTÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS FANTASMAS".

Esta manchete, estampada em tipos avantajados no jornal "Folha de Londrina", reflete a situação crítica e vergonhosa que se abate sobre um dos mais importantes órgãos do nosso Estado: O Instituto de Pessoas e Medidas, IPEM, autarquia estadual, atualmente vinculado à Secretaria da Fazenda, com autonomia administrativa e financeira, sendo responsável por delegação do INMETRO pela política nacional de metrologia legal.

Pois bem, Senhores Deputados, tal notícia veiculada pela Folha de Londrina, recentemente, embora seja surpreendente porque revela que um órgão estatal admite a existência de funcionários na modalidade "FANTASMA" não é a única irregularidade existente no IPEM.

O INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia Legal - e o IPEM/PR mantêm convê-

nio que tem por objetivo a execução de atividades de metrologia legal e de verificação de produtos têxteis, cargas perigosas, mercadorias acondicionadas, etc.

Os servidores do IPEM são celetistas e o empregador é o governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda. O convênio existente prevê tão somente o repasse dos recursos em face do montante efetivamente arrecadado (que é de 85%) e tem sido cumprido pelo INMETRO.

Como o órgão está passando por situação deficitária, isto é, a arrecadação não tem sido suficiente nem para cobrir a folha de pagamento dos servidores por estar excessivamente inchada, produto de má administração, contratações ilegais e etc., aumentos de salários irregulares, pois o órgão está, atualmente, sob inquérito administrativo para apurar responsabilidades da administração anterior, sobre tais problemas os funcionários que têm comparecido regularmente ao seu trabalho e cumprido rigorosamente o seu dever, não podem ser responsabilizados por erros cometidos por diretores ou outros alçados a funções de comando e chefia).

O INMETRO já propôs ao Estado a federalização do órgão, acabando assim com a responsabilidade do Estado. O que não foi aceito por razões, para nós, desconhecidas.

Ora, Senhores Deputados, está um "jogo de empurra-empurra" em que ninguém quer assumir o buraco financeiro que não vamos entrar no mérito de apurar responsabilidades, pois para isto já existe a Comissão da Procuradoria do Estado, em ação.

Acontece que para deixar as coisas piorarem mais, para dificultar ao máximo, talvez por vinditas e vinganças pessoais entre a nova e a velha administração, estão usando os funcionários como verdadeiros "joguetes", com um verdadeiro terrorismo que aumenta a cada dia. O INMETRO afirmando que é impossível cobrir o "déficit" e o Estado, que é o empregador, tem lavado as mãos, dizendo a mesma coisa: "Não há recursos e não vai arcar com pagamento nenhum". É sabido por todos que uma ação conjunta de funcionários, no Ministério do Trabalho vai indicar o Governo do Estado como responsável pelos pagamentos.

Além dessa situação toda, para acabar com o "déficit", os dirigentes prometem emagrecer a folha de pagamento, com demissões em massa de funcionários subalternos que ganham minguados salários e não têm nada a haver com o que está acontecendo, mas, para moralizar, como tem-se afirmado, é preciso demitir;

As denúncias dão conta de que há pessoas, sem qualquer especialização ou tarefa a executar, que simplesmente entraram no fim de carreira de nível superior, sem

ao menos ter apresentado certificado de segundo grau ou equivalente.

Conhecida esta situação, nobres Deputados, nós procuramos dar o encaminhamento processual normal buscando as informações que poderiam confirmar ou dissipar as denúncias.

Desta forma, usando, e é preciso reafirmar sempre, porque tem secretário de Estado que não entende, de uma prerrogativa constitucional, nós encaminhamos um pedido de informações à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

(Ler os itens do pedido em anexo)

Isso, Senhores Deputados, no dia 19 de fevereiro de 1990, portanto, há um mês e quatorze dias, ultrapassando aquele prazo estipulado pela constituição estadual, para resposta a pedidos de informações.

Eu hoje, no mesmo instante em que cobro neste Plenário, a responsabilidade do secretário das finanças, dos diretores do Instituto de Pesos e Medidas, pela negação de informações oficiais, passo às mãos do Presidente, Deputado Anibal Khury, um ofício do Sindicato dos Agentes Fiscais Metrológicos do Paraná, assinado pelo Presidente da Entidade, pedindo providências quanto à situação do Órgão.

São os próprios servidores, funcionários do Instituto de Pesos e Medidas que estão denunciando essa situação e pedindo do Poder Legislativo as providências investigadoras e de saneamento.

Ou usamos de nossas prerrogativas para apurar essas denúncias e levantar o nome dos culpados, ou fechamos a Assembléia.

Ou os senhorese Secretários leem a Constituição, ou deixam de exercer função pública. É insuportável essa situação de precisar ficar cobrando resposta a um pedido de informações que a secretaria é obrigada a prestar, pela Constituição.

Ora, quem não se lembra do adágio "quem cala consente". Pois se o IPEM e o secretário da Fazenda consentem com as denúncias de irregularidades, a Assembléia Legislativa não compactua com elas.

Vamos às últimas consequências para apurá-las. Vamos encaminhar nesta sessão, requerimento à Procuradoria da Justiça do Estado, à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, pedindo que o Secretário da Fazenda esclareça os atos que ocorrem sob seus auspícios.

Afinal, onde há fumaça, há fogo.

E se, Srs. Deputados, as respostas não chegarem às nossas mãos, vamos à Justiça pedindo não apenas o fornecimento dos dados, mas a responsabilização judicial, por crime de sonegação de informações, do Secretário da Fazenda.

Ainda, não descarto a possibilidade de requerer uma CPI, Comissão Parlamentar de

Inquérito, para acompanhar o desenrolar do inquérito Administrativo no IPEM, a fim de salvaguardar a integridade de um órgão responsável por uma das mais importantes funções do Estado: A Metrologia legal.

Se o Secretário da Fazenda não leu a Constituição, que a leia. Que a cumpra. Por que esse que está saindo, só leu realmente, no que diz respeito ao prazo de desincompatibilização para disputar a eleição, muito embora não se preocupasse em esclarecer as dúvidas que foram colocadas, sobre a sua atuação e a daqueles que a eles se subordinavam.

Se esta casa não brigar pela Constituição, não terá sido digna de tê-la escrito.

Ao passar o ofício do Sindicato dos Agentes Fiscais Metrológicos do Paraná, ao Senhor Presidente do Poder Legislativo, Deputado Anibal Khury, juntamente com o nosso pedido de informações à Secretaria da Fazenda, confiamos nas providências a serem tomadas, primeiro para que se cumpra a Constituição, para que se respeitem as atribuições do Poder Legislativo e, principalmente, para que se respeitem a autonomia e interdependência dos Poderes; sobretudo, por aqueles que se instalam na administração e desprezam a ação legítima fiscalizadora do Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N°

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, com fulcro nas suas prerrogativas Constitucionais, o envio à Secretaria do Estado da Fazenda, o seguinte.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01 - Qual a situação funcional dos servidores do IPEM, Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná?

02 - Quantos servidores são estatutários, celetistas e/ou outros?

03 - Qual a política salarial e plano de carreira de tais servidores?

04 - Quando e de que forma foram efetuadas as últimas contratações no IPEM/PR?

05 - Conforme convênio existente com o IPEM, qual a participação com o INMETRO, para execução de atividades de metrologia legal e de verificação de produtos têxteis, cargas perigosas, mercadorias acondicionadas etc.?

06 - Quais os critérios utilizados para preenchimentos de cargos de direção e Assessoramento Superior no IPEM/PR?

07 - Qual a relação atual entre a arrecadação e a despesa para manutenção do IPEM/PR?

08 - Qual o andamento do inquérito administrativo instaurado para apurar irre-

gularidades na administração anterior do IPEM/PR?

09 - Qual a posição da Secretaria diante da proposta de federalização do IPEM/PR?

10 - Quem é o responsável pelo pagamento dos servidores do IPEM/PR?

11 - O IPEM/PR tem financiado viagens de assessores e/ou diretores do órgão?

12 - Quantas? Em que datas? A favor de quem? Qual o custo? Com que objetivos?

13 - Como funciona o processo para liberação de tais viagens?

14 - Quantos veículos oficiais estão à disposição do IPEM/PR e qual o disciplinamento para sua utilização?

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

É latente ao Poder Legislativo do Estado a fiscalização dos atos do Poder Executivo, quer do Governador, quer dos seus secretários e dos administradores de autarquias.

Inúmeras são as denúncias trazidas a este Parlamentar - contraditórias até, algumas - quanto à situação do IPEM/PR. Tais denúncias nos têm despertado sensível preocupação, haja vista a importância do órgão em voga e a relevância das funções que desempenha.

Num tempo em que se questiona incessantemente a moralidade e a probidade da coisa pública, redobra-se a responsabilidade de cada parlamentar desta Casa, na fiscalização para que cada denúncia que pressuponha tais vícios seja minuciosamente apurada.

Também é do interesse da SEFA esclarecer tais fatos como forma de demonstrar os preceitos de correção pelos quais aquela pasta tem sido conduzida.

É a justificativa.

E se, Srs. Deputados, as respostas não chegarem às nossas mãos vamos à Justiça pedir para que as providências necessárias sejam encaminhadas e eu tenho aqui um calhamaço de informações, matéria do jornal "Folha de Londrina" onde fala que até o Prefeito Laudemir Turra seria um funcionário fantasma desse chamado IpeM e o próprio IpeM responde que existem funcionários fantasmas. Nós temos informações que há funcionários que foram colocados à disposição desse setor e que não comparecem em lugar nenhum para trabalhar, só vão no final do mês para receber seu salário. Então, a coisa é muito séria; funcionários que trabalham querem uma providência, querem uma solução para o caso porque não podem conviver no meio de fantasmas.

Por isso as providências que nós encaminhamos a Casa já pela segunda vez, a resposta ao pedido de informações e mais informações agora em consequência da si-

tuação do IpeM.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Raul Lopes com a palavra.

(Declina).

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes a esta primeira sessão da semana.

O último final de semana foi interessante para os analistas políticos, e principalmente para todos os políticos do Paraná. A decisão de Sua Excelência o Governador de continuar no Governo tem sido caracterizada como: golpe de mestre, como gesto de desprendimento ou atitude abnegada. Esses foram alguns dos adjetivos utilizados por políticos e principalmente políticos bajuladores e também por veículos de comunicação atrelados ao governo para definir o fiasco promovido pelo Governador Álvaro Dias. Depois de ter dedicado meses a fio trabalhando pela sua candidatura e esquecendo de governar, Álvaro Dias resolve dar uma guinada, decidindo de forma impetuosa permanecer no cargo.

É de lamentar que o jogo político se faça de forma tão nefasta aos interesses maiores que são os interesses da coletividade. Ao anunciar a sua decisão de permanecer no cargo, Álvaro Dias recorreu ao discurso já surrado do mocinho que desafia os bandidos. O que pode ser um gesto de covardia, logo ganha dimensão de um ato de grandeza e de heroísmo. Mais do que um duelo de "bandido e mocinho" o processo político parece se transformar num processo aberto de guerra de quadrilha. O jogo político tem duas faces Sr. Presidente, Srs. Deputados: a Primeira é aquela que aparece diante da opinião pública e que é feita de hipocrisia e de fingimento. Nesse plano são os interesses públicos que determinam cada gesto político. E o Governador diz que ficou com o cargo para defender os interesses do Paraná e para impedir que os grupos alcançassem o poder, os grupos poderosos, os "filhos do mal" como ele os classifica.

Essa é a dimensão pública que se procura dar ao fato. Mas nos bastidores da política o que menos é levado em conta são os interesses públicos. Nesse campo a guerra é suja em toda a extensão da palavra. Não há grandeza nesse gesto do Governador Álvaro Dias.

Por mais que se apressem a proclamar - os bajuladores que o cercam -, muito pelo contrário, essa renúncia abre espaço para que o Governador repense a sua ação e redefina os rumos deste governo, até agora pautado simplesmente no jogo das aparên-

cias. É fato público e notório que a administração do Estado do Paraná parou nos últimos meses. Os sinais de crise no Estado são visíveis: professores em greve, ganhando menos do que um salário-mínimo, numa afronta à própria Constituição. Servidores insatisfeitos com salários defasados em quase 200%. Atraso de pagamento de parte dos salários. Paralisação de programas importantes para o Estado, como o Paraná Rural, um programa de grande abrangência e de tantos outros que poderíamos enumerar para testar a nossa afirmação neste momento.

A administração parou à espera da mudança de Governo. É por isso que ao ficar, Álvaro Dias deve assumir o compromisso de fazer, no prazo de um ano, aquilo que ele deveria ter feito nos três anos que governou este Estado.

Ao mesmo tempo ele deveria consertar em um ano aquilo que fez de errado nesses três anos de Governo.

O Governador também poderia repor nos cofres públicos aquele montante que gastou nos últimos meses em propaganda pessoalista e publicitária, para reafirmar sua candidatura ao Senado. Com certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a "caixinha" montada para sua campanha, que segundo o jornal "Folha de São Paulo" publicou, no dia 27 de dezembro último, estava forrada com mais de 20 milhões de dólares. Isto será suficiente para ressarcir o dinheiro público utilizado indevidamente.

Não criticamos a permanência de Álvaro Dias no cargo, pois nada mais representa do que o cumprimento do mandato conferido pela população. É claro que repudiamos a forma como ele se portou, propiciando um grande fiasco e prejudicando sensivelmente o funcionamento de todos os serviços públicos do nosso Estado.

Não criticamos mas exigimos, o mais urgente possível, que necessário se faz que se resolva, de imediato, tudo o que o Governador pretendia deixar como herança ao seu sucessor. Em primeiro lugar a greve dos professores, uma greve justa, pois fundamentada numa situação salarial sem precedente. Como pais, como Parlamentares, como alunos e como paranaenses, é que aclamamos para que se dê uma solução porque estamos indignados diante dos salários que o Estado vem pagando a todos os servidores. Um exemplo disto são os nossos professores, que são os responsáveis pela educação de nossos filhos.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Concede-me um aparte Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado.

Outro compromisso ao qual o Governador

não poderá se furtar, sob pena de faltar mais uma vez com sua palavra, é de zerar neste mês as perdas salariais do nosso funcionalismo. Se a situação financeira do Estado é tão saudável, como insiste o Governador em afirmar, não há como negar ao nosso servidor a correção dessa defasagem salarial. O que, aliás, está previsto pela própria política salarial em vigor.

Também é hora do Governador abandonar o seu discurso de palanque e de eterno candidato, e começar a dar provas concretas de que não compactua com a corrupção e com as irregularidades, mesmo quando praticadas por seus amigos. Temos um exemplo recente: o caso do SUDS. Mas temos ainda casos do DER, do Departamento de Estradas de Rodagem, denunciado aqui nesta tribuna no passado e recentemente. De tudo isto nada foi feito para desvendar a verdade e a mentira e para punir os possíveis culpados.

Outro exemplo: Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo desses três anos graves denúncias foram feitas, inúmeros pedidos de informação, uns aprovados outros não por este Parlamento. Mas, a resposta nunca chegou a esta Casa.

A transparência que foi uma campanha de promessa desse Governo nunca existiu na prática, todos os pedidos de informações, ao longo do tempo, foram ficando e estão até hoje sem resposta. A situação financeira de nosso Estado tem sido objeto de muitos questionamentos. É hora de se tirar a limpo essa situação. A versão mais coerente é a de que o Governador recuou pressionado pelo temor de ver a situação financeira em que deixou o Estado, revelada no dia-a-dia, à população. Onde estão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os políticos que urdiam planos para desmascarar esse Governo tão logo o chefe do Executivo deixasse o cargo? Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados é hora do Poder Legislativo exercer as suas prerrogativas. Nós, como agentes máximos de fiscalização, temos a obrigação de chamar aqui os dois lados, chamar aqui o Governador Álvaro Dias, os adeptos do vice-Governador Ary Queiroz, temos que trazê-los aqui neste Parlamento, temos que ir atrás das informações que temos e desnuda-las, trazer a verdade à situação em que se encontra o nosso Estado e a verdade das acusações, de um lado e de outro.

É claro que o Vice, que quase chegou a ser Governador, e nem por isso fez uso de sua autoridade para denunciar o que pode haver de podre neste Governo, ficou frustrado, junto com o grupo político a que está ligado depois de toda essa reviravolta. Mas, por enquanto tudo fica nas aparências. A hipocrisia coíbe qualquer ato mais ousado. Finge-se de que tudo se-

O SR. NILTON BARBOSA - Vossa Excelência permite-me um aparte?
(Assentimento)
Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Gostaria de concordar com algumas questões que Vossa Excelência levanta com relação às denúncias feitas. Concordar no sentido de que o próprio Governador Álvaro Dias, como todos puderam observar, hoje pela manhã, quando fazia o programa "Bom Dia Paraná" da TV Globo, dizia que se houver denúncias ele quer colocar os denunciados na cadeia.

Seria importante que Vossa Excelência formalizasse aqui na Assembléia as denúncias com relação à corrupção no Governo. E indago Vossa Excelência com relação à afirmação da "caixinha" dos vinte milhões de dólares. É leitura da "Folha de São Paulo" ou Vossa Excelência afirma que existe a "caixinha" dos vinte milhões de dólares?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o ...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Deputado, eu me inscrevo para um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência.

Quero dizer aos nobres Pares, quero dizer a Sua Excelência o Presidente e digo ao Paraná: se Sua Excelência o Governador está disposto a punir todos aqueles que praticaram atos duvidosos, eu estou disposto a abrir o arquivo e trazer novamente, todas as denúncias que pontuadamente nesses três anos trouxemos a este Parlamento e por força da bancada majoritária governista, nunca tivemos sucesso. Denúncias feitas não só por, este Parlamentar, mas por todos aqueles que sempre estiveram vigilantes, fazendo uma oposição responsável, zelando pelo interesse público do Paraná.

Esperamos, que neste ano que se segue, tenhamos oportunidade de trazê-las aqui. É isso que eu estou propondo, estou de acordo, de que já se constitua uma Comissão Parlamentar para que se ouça e se tire a limpo as denúncias proferidas, tanto do Governo quanto dos que estão do outro lado.

Eu acho que as denúncias que a imprensa trouxe a público nesse fim de semana, é objeto suficiente para que se constitua uma Comissão Parlamentar de Inquérito e que se apure a veracidade.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu fiz uma indagação, com relação à "caixinha", nobre Deputado, se é anúncio da "Folha de São Paulo" ou se Vossa Excelência está afir-

mando da tribuna?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu já respondo.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo na sequência.

A "caixinha" foi denunciada pelo jornal "Folha de São Paulo" e é verdadeira, porque não vi Sua Excelência o Governador desmentir. Ela foi uma afirmação pública e até hoje não foi desmentida. Enquanto não se provar o contrário, ela é a verdadeira. Concedo aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Nobre Deputado Pedro Tonelli, é uma pena que o pronunciamento de Vossa Excelência, não vai sair desta Casa, porque nós não temos tido lamentavelmente, por parte da maioria da imprensa do Paraná, espaço necessário como os que seriam necessários para o que Vossa Excelência traz a esta Casa. É lamentável o que ocorre, que na verdade com raras exceções a nossa imprensa está amordaçada pelo Palácio Iguazu; o Deputado Nilton Barbosa coloca uma questão que merece uma análise, que o Governador Álvaro Dias, em entrevista concedida na manhã de hoje, -- eu não vi entrevista-no canal doze, teria apresentado algumas questões.

Contudo, eu esperava com ansiedade uma entrevista anunciada pelo Deputado Alborghetti, da bancada do PRN nesta Casa. O Alborghetti colocou duas horas de programa à disposição do Governador. Eu confesso que cancelei alguns compromissos para ouvir, como costumeiramente faço, meu amigo Alborghetti, eu queria ver as colocações do Governador. Só que me decepcionei, como milhares e milhares de telespectadores devem estar decepcionados em todo o Estado do Paraná, porque o Governador se recusou a ir ao programa debater com o Deputado Alborghetti, com professores, como dizia o Alborghetti hoje, com funcionários públicos, com as APPs, com líderes de outros partidos políticos que teriam vez lá para debater com o Governador, e o Governador queria que o Alborghetti fosse lá no Palácio para gravar. E o Alborghetti, como nós dizemos lá no interior "é meio doido da cabeça," não aceitou não, disse que gravando, não. Ao vivo está lá à disposição para um debate, para todos participarem, Sr. Pedro Tonelli, se quiser questionar, Sr. Ferrari Júnior, qualquer cidadão do Paraná, estaria ali o programa à disposição, mas o Governador não quis.

Seria a grande oportunidade de indagar sobre a denúncia da "Folha de São Paulo", de que existe uma "caixinha" de vinte milhões de dólares, para a campanha e se

agora existir mesmo, não sei para que fim, para onde vão esses vinte milhões de dólares.

Mas, para não tomar o seu tempo, eu colocaria uma outra questão, Deputado Pedro Tonelli, que Vossa Excelência poderia abordar também. No início deste Governo o jogo-do-bicho, que é uma contravenção, tinha um acerto com o Governo, uma parte do dinheiro era destinado a instituições de caridade. Jogo-do-bicho, contravenção, uma parte do dinheiro, destinada à Assistência Social. E aquilo começou, funcionou. Muito dinheiro foi destinado à assistência social do Paraná. Ótimo! De repente, parou. Desistiram não mais destinaram o dinheiro à assistência social. O jogo-do-bicho, no Paraná, continuou a todo o vapor. Agora, Deputado Pedro Tonelli, a grande questão: antes, quem levava o dinheiro do jogo-do-bicho era a instituição de caridade. E hoje, quem leva? Alguém está levando esse dinheiro! É mais uma das questões que precisa ser colocada.

Eu parabeno, encerrando, ao Deputado Alborghetti, por sua posição, hoje, na televisão. Não como Deputado. Mas, como homem de imprensa, que valorizou e dignificou a imprensa do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Ferrari Júnior, e faço minhas as suas palavras, como preocupações de Parlamentar responsável, pelo serviço público, por um Estado que é preciso saber como é que anda por dentro.

E digo mais: eu não tenho nenhuma dúvida, Deputado Ferrari Júnior, se nós tivermos a oportunidade, e eu acredito que nós a teremos, de trazer de público, e abrir o jogo, de como é que anda a administração pública do nosso Estado, eu tenho certeza de que o nobre Deputado Nilton Barbosa não ficará aqui. Ele se envergonhará e voltará para o Noroeste do Estado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Agradeço, Deputado Pedro Tonelli. Sem dúvida, o debate que Vossa Excelência levanta neste Parlamento, nesta tarde, é muito importante. Até porque o que está colocado na opinião pública e as partes políticas envolvidas neste episódio, estão dizendo, é muito grave. Porque o que permaneceu no Poder, no Palácio Iguazu, diz que não saiu porque as forças que ocupariam o Poder eram forças corruptas, que lesariam o interesse público, o interesse do Estado. Assim foi colocado por Sua Excelência o Governador.

Já as forças políticas que iriam assumir e que ficaram, ainda, fora do Poder, estão dizendo que o Governador não assumiu, se descompatibilizou de medo dos

levantamentos que estavam se processando e que possivelmente até na cadeia ele pararia. Então, Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, e as forças políticas que compõem este Parlamento têm o dever, sim, de convocar o Governador do Estado, o vice-Governador do Estado, para estabelecer um debate a respeito de quem é ladrão, neste Estado. Porque todo este Parlamento está sob suspeição, hoje. O Governador disse que as forças do mal que compõem a Assembléia Legislativa queriam assaltar o Poder, no Estado do Paraná. Que também estaria aqui na Assembléia Legislativa. E eu, como Parlamentar, tenho o máximo interesse e votarei favoravelmente a qualquer pedido de formação de comissões especiais, CPI's, e debates públicos, para que os paranaenses saibam quem é ladrão e quem está mentindo, e quem queria assaltar ou se está assaltando os cofres do Estado.

O Governador está sob suspeita. As forças políticas que assumiriam o Palácio Iguazu estão sob suspeita. E isto tem que ser esclarecido, porque se não, inclusive, a Assembléia Legislativa estará sendo conivente, Deputado Pedro Tonelli, porque é muito grave o Estado do Paraná estar transmitindo, a nível nacional, uma imagem tão negativa como esta que está se processando.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Inscrevo-me para um aparte a Vossa Excelência, Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

Agradeço ao Deputado Paulino Delazeri, faço minhas as suas preocupações, porque são preocupações que este Parlamentar sempre teve e o Deputado Paulino sempre demonstrou isso, ao longo de sua trajetória. E que nós fomos eleitos pelo povo do Paraná, nós temos que exigir esta explicação, para o bom desenvolvimento do nosso Estado. Não podemos permitir que o nosso Estado continue sendo um mistério e nós como homens eleitos para desvendar esses mistérios, agora passemos de boca fechada, diante de uma situação de tanta preocupação, neste momento.

Concedo aparte ao nobre Deputado Alga-ci Túlio.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu estava aqui conversando com o Deputado Namir Piacentini sobre um Projeto que temos, assinado em conjunto, e atentei quando o Deputado, da tribuna dizia que eu me envergonharia e voltaria ao Noroeste do Estado. Eu não entendi qual seria o motivo da vergonha, confesso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa

Excelência terá direito a aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Pedro Tonelli, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer que, na verdade, a carta do Governador Álvaro Dias colocou em suspeição não apenas esta Casa, mas a própria figura do vice-Governador Ary Queiroz, quando diz que permanecemos no Governo para preservar o patrimônio do Estado. Ora, isso quer dizer que não confia no vice-Governador! Seria o mesmo que o Prefeito Jaime Lerner dizer que não deixaria a Prefeitura para concorrer à governança do Estado, porque teria que ficar para preservar o patrimônio de Curitiba, consequentemente não acreditando no trabalho, quem sabe na honestidade do vice-Prefeito, Deputado Algaci Túlio.

Vou mais além ainda, Deputado Pedro Tonelli: desde dezembro que as instituições de caridade do Estado não recebem nada do governo! Aí vem corroborar com o que diz o Deputado Ferrari Júnior, aonde é que estão as verbas do jogo-do-bicho e tantas outras verbas que o Governo arrecada e que não repassa para essas entidades que são obrigadas a fazer bingos, a fazer campanhas junto à comunidade, para tentar dar de comer para os velhinhos do "Recanto do Tarumã", para tentar dar de comer para as velhinhas do "Asilo São Vicente de Paula" e tantas outras entidades assistenciais.

E para completar quero aqui deixar a minha solidariedade ao companheiro Luiz Carlos Alborghetti, porque, afinal de contas, um programa de televisão, um programa de rádio, quando anuncia com antecedência que irá abordar determinado assunto e isso não acontece, causa, evidentemente, uma situação terrível para o apresentador do programa. E é lamentável a posição do Governador, que aceitou no sábado, participar e na segunda-feira manda dizer que não pode ir e que se o Alborghetti quisesse que fosse lá no Palácio gravar. Isso é brincadeira, falta de responsabilidade, e aqui fica a nossa solidariedade ao nosso companheiro de imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o seu aparte, congratulo-me com as suas preocupações porque elas também vêm em defesa do interesse público do nosso Estado, que não é o que nós estamos vendo aí, através dos fatos aos atos governamentais que estamos vivendo neste momento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Furiatti e na sequência ao Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está pulando a minha inscrição.

O SR. PEDRO TONELLI - O Deputado Furiatti Solicitou faz tempo.

Vossa Excelência está inscrito na sequência.

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado Pedro Tonelli.

Nós devemos fazer uma análise desta situação, com muita calma, até porque o que interessa a todos é de que a verdade deva ser explícita, nada mais do que a verdade.

Do lado do Governador ele comunicou a toda a população que permaneceu no Governo porque os bandoleiros iriam afundar o Estado, porque os Athallas e os Almeidas iriam afundar o Estado, e porque ele não conhecia a equipe de Governo que iria assumir.

Por outro lado é sabido que o vice-Governador havia dito que antes de assumir ele gostaria que o Governador esclarecesse a toda a população a situação real das finanças públicas e que, se isso não ocorresse ele seria obrigado a esclarecer, até porque se se desse mal neste período de Governo ele não poderia ser responsabilizado por algo que ele não teria participado.

Ainda mais: o Governador disse que não conhecia a equipe de Governo que iria assumir. Mas, vamos por partes: o Diretor Geral do Governo Álvaro Dias, da Secretaria da Segurança, seria o Secretário da Segurança do Governo Ary Queiroz; o Diretor Geral dos Transportes, do Governo Álvaro Dias, seria o Secretário dos Transportes do Governo Ary Queiroz; O Presidente do Badep, seria o Presidente do Banestado do Governo Ary Queiroz; o Presidente do Banestado seria o Secretário da Administração do Governo Ary Queiroz; o Secretário da Agricultura foi Diretor Geral do Governo João Elísio, cujo Presidente da CAFE era o Osmar Dias. Enfim, conhecer conhecia porque afinal de contas é a maioria absoluta; o Darci Coper permanecia na Casa Militar; o Evaldo Vita, vice-Presidente do Badep, assumiria a Presidência do Badep; o Coronel Vantuil que é o Comandante da Polícia Militar seria o Diretor do Detran; o Pedro Sampaio, da LBA, que trabalhou muito tempo na equipe, junto com a esposa do Governador, seria o Secretário da Justiça e da Ação Social.

Portanto, desconhecer essa equipe ... (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Mais um minuto para concluir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós vamos conceder o horário das lideranças para a conclusão do seu discurso.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço, Senhor Presidente. Continue no aparte, nobre Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - E o Gino Azolin da Casa Civil, ficaria dentro das funções da FUNDEPAR. Bom, então o desconhecimento é uma coisa que não cabe, não é verdade.

A outra questão importante. Se nós estamos procurando a verdade, é importante que nós procuremos a verdade, doa a quem doer. O Governo Álvaro Dias teve dois embates importantes, que foi a questão dos Athala que tem uma dívida com o BADEP, substancial, e cuja pessoa do BADEP, o Dr. Celso Sabóia me dizia pessoalmente, até porque eu fiz parte de uma CPI nesta Assembléia para apurar isso, ele foi um dos primeiros a não aceitar qualquer negociação contra os interesses públicos. Portanto, o Dr. Celso Sabóia que foi contra os Athalas foi promovido e seria Presidente do Banestado.

Eu não vejo como alguma ação do vice-Governador estaria atendendo os interesses dos Athalas.

E a CR. Almeida todos nós sabemos que a primeira pessoa do Governo a resistir a qualquer coisa daquela concorrência foi o Presidente da COPEL, Dr. Gomide. Ele foi o primeiro, inclusive veio na Assembléia, nós nos solidarizamos com ele o Dr. Gomide não foi tirado do Governo, foi mantido no mesmo lugar, porque era uma indicação do Governo Álvaro Dias, do vice-Governador Ary Queiroz.

Então, essas questões precisam ser bem esclarecidas porque existem dubiedades. De repente, perante a opinião pública, disse: Não, o Vice-Governador é um homem correto, mas iriam com ele para o Governo os bandidos. E fica uma coisa: golpe de mestre. Quem dá golpe é bandido.

Essas coisas todas precisam ser esclarecidas a bem da opinião pública, sem paixões, sem aqueles interesses outros. Mas, Deputado Pedro Tonelli, diante dessas argumentações que eu levantei, desapassionadamente, nós temos que ter o compromisso de verificar, de aprofundar e de discutir bem isso, porque os interesses da população é que sempre ficam em primeiro plano.

Era isso e muito agradecido pelo vosso aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu é que agradeço, e o nobre Deputado Paulo Furiatti, lembra muito bem que é estranho, não dá para

entender como que aqueles que fazem parte do atual Governo agora são homens do mal, são quadrilheiros, são aqueles que dão golpe. Quer dizer, até agora eles não fizeram isso. Só de agora em diante é que eles seriam os perversos ao nosso Estado.

Então o Deputado Paulo Furiatti lembra muito bem o aspecto que justiça medidas duras deste Parlamento no sentido de tirar a limpo e tomar as medidas necessárias para o bom andamento e o bom funcionamento do serviço público do nosso Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso Estado não pode continuar sendo um campo sem dono, onde grupos inescrupulosos discutem o poder usando a política rasteira.

Este Governo está enfraquecido, desprestigiado politicamente. Seus equívocos se repetem. Atraiu-se ao Governo Sarney. Excluiu-se do processo sucessório e definiu na sua própria ambição. Tudo isso marcado na mais grotesca manipulação da opinião pública, seja pelo servilismo de setores da imprensa, ou pela propaganda permanente nos meios de comunicação.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esperamos que as preocupações manifestadas tão bem e tão argumentadas nesta tarde neste Parlamento se traduzam em atos deste Parlamento, em atos que tragam novamente a confiança do povo do Paraná no seu Poder Legislativo, que está procurando desvendar esses mistérios, está procurando desvendar essas mentiras e está procurando traçar um novo rumo. Um novo tipo de política se faz necessário neste Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradeço a benevolência, a atenção e a contribuição de todos, e peço desculpas ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato, porque não sou indisciplinado. Não vou abusar da Mesa, o meu tempo está encerrado e na próxima lhe concedo um aparte.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PL com a palavra.

(Declina).

PDS com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A gravíssima situação do Estado reconhecida pelas paralisações iminentes dos vários setores do funcionalismo público

Curitiba, segunda, em 02.04.90

estadual, manifestas pela presença das federações das associações de servidores no Plenário desta Assembléia por diversas vezes, manifestas no achatamento salarial; dos engenheiros do Estado por exemplo, um deles nos mostrava um gráfico de que no começo do Governo Álvaro Dias, no fim do Governo Richa, recebia perto de nove e meio salários-mínimos, hoje recebe dois salários-mínimos como pagamento pelo seu trabalho.

A greve do Magistério Estadual, uma situação aflitiva das professoras e dos professores, mormente dos aposentados. As afirmações repetidas do Senhor Governador de que o Instituto de Previdência do Estado deve acabar, patrimônio que é de todo o funcionalismo, e mais: Contra-cheques como este que está na minha mão, de uma ex-funcionária da Secretaria dos Transportes, pelas mãos da qual passaram concorrências importantíssimas, tais como a da construção da Rodovia do Café e da construção das mais importantes rodovias do Estado, senhora essa que tendo exercido o cargo de assessora do Secretário dos Transportes, recebe hoje perto de dez mil cruzeiros como remuneração.

Tudo isso, somado à posse que não houve, arrancava-se a erva daninha da praça deste Palácio XIX de Dezembro, lavava-se a rampa para que subisse o Vice-Governador e para que acontecessem as cerimônias de posse, já ia lavrado o termo de Ata, no livro quase centenário, livro dos termos de posse dos Governadores do Paraná; tínhamos todos, os Deputados, as autoridades, as autoridades eclesiásticas e militares, o corpo consular, os crachás que deveríamos usar na cerimônia de posse, e de repente, como na trama Shakespeareana de Macbeth, fúrias noturnas assaltam os pensamentos do príncipe, e ele percebe que algo de podre há no reino, que desgraçadamente agora é preciso se corrigir. Shakespeare, não era o da Dinamarca, mas o do Paraná.

Algo de podre percebe o príncipe na última noite de Governo, e faz reflexão profunda, resolvendo suicidar-se politicamente em nome dos seus companheiros. Sobrevem o dia seguinte, vai o príncipe ao "Bom Dia Brasil" e equipara empreendimento produtivo, necessário, amado por toda gente de Curitiba e por toda gente lúcida do Paraná, qual seja o da Cidade Industrial de Curitiba com a maracutaia do grupo Athalla.

É inadmissível para nós esta desculpa. Anuncia o Palácio do Governo a presença do Governador no programa do Deputado Alborghetti, para, em rede de televisão sem censura, dizer o porquê do seu motivo, identificar os filhos do mal, falar quem ameaça a coisa pública e o Poder Público

do Paraná; mas nova renúncia se sucede, não comparece o Governador à televisão. Parece-me que se impõe a esta Assembléia neste momento, que peça a presença do Sr. Governador neste Plenário para as devidas explicações a este Poder, quer por ser o Poder Legislativo do Estado também está sendo acusado de embargar, de impedir a execução do orçamento; enfim, e de todas as formas e "per parte", nesta trama maléfica que recai não só sobre o nome até então honrado do Vice-Governador e Professor Ary Queiroz, como sobre o nome de Vossa Excelência, Senhor Presidente desta Assembléia, Deputado Anibal Khury, porque nos representa a todos, como sobre o nome de cada um de nós.

Paranaenses, parece que o Governo desafiando as leis da física, é a única embarcação que começa a afundar pela parte de cima. Mais do que nunca, no momento em que o governo do Paraná inova se transformando na única embarcação que começa a afundar pela parte de cima, se impõe que nós ofereçamos ao Paraná a oportunidade de entender esta tempestade e de, pelo menos, ter explicações deste triste naufrágio.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

PTN, PRN, PRP, PSDB, PMDB.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pelo que se observa, já dá para sentir nos meios políticos do Paraná, a preocupação de alguns Parlamentares da Oposição, a definição do Governador Álvaro Dias em permanecer no seu cargo, eleito em 1986 com mandato de quatro anos.

Preocupação para uns, despreocupação para outros.

Lembro-me quando o Governador Álvaro Dias assumia o Governo do Paraná, e nós aqui estivemos sempre com a mesma postura e com a mesma lealdade a defender um programa de governo, que foi colocado ao povo do Paraná pelo Governador Álvaro Dias. E, hoje eu vejo alguns Parlamentares da Oposição a criticar o Governador Álvaro Dias, porque permanece fiel ao seu mandato durante os quatro anos.

Algumas injustiças foram cometidas, quando o Deputado Algaci Túlio levantou a questão do Vice-Governador do Paraná, Dr. Ary Queiroz.

Eu entendo que Vossa Excelência interpretou muito mal, quando coloca dúvida do Governador Álvaro Dias, com relação à pessoa do Vice-Governador, Dr. Ary Queiroz.

Se nós levássemos em consideração, nós também teríamos que parar e raciocinar

que, muitas e muitas vezes, cogitou-se em Curitiba que Vossa Excelência era "persona non grata" ao atual Prefeito Jaime Lerner, se nós levássemos em consideração.

Levantou a questão o Deputado Ferrari Júnior, Líder do PRN, que o Governador não foi ao programa "CADEIA" que ele ficou ansioso, esperando a ida do Governador ao programa do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. E esta ansiosidade talvez tenha sido em razão da saudade do ilustre Deputado Ferrari Júnior de ouvir o Governador do Paraná falando pelas cadeias de televisão ao seu povo, mas tenha calma, ilustre Deputado, que o Governador Álvaro Dias nunca fugiu da responsabilidade, nunca fugiu da imprensa para dizer o que pretende, o que faz e o que deseja fazer na administração do Governo do Estado.

Eu quero acreditar que o Governador haverá sim de ir à televisão quantas vezes forem necessárias. Discordo quando Vossa Excelência diz que não tem espaço na imprensa do Paraná, que a imprensa está comprada pelo Palácio Iguazu. Eu não acredito nisso porque eu acho que a imprensa tem a sua autonomia, ela tem a sua autoridade para dizer o que pensa acima da sua responsabilidade.

O Deputado Furiatti critica os novos secretários da composição do Vice-Governador caso viesse assumir o Governo do Estado. Talvez o ilustre Deputado Furiatti tenha ficado um pouco ressentido em razão de não ser convidado para ser o Secretário da Agricultura.

Quando o Deputado Rafael Greca fala, dizendo do príncipe, nós queremos dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência com toda eloquência que fala, uma pessoa que nós respeitamos por sua cultura - um homem que conhece não só o Brasil, mas conhece, praticamente, o exterior inteiro - sabemos da sua competência, mas eu gostaria que Vossa Excelência embutisse nessa competência a nossa Constituição para que Vossa Excelência tenha conhecimento de que nós não temos poderes para convocar o Governo do Estado.

É isso que me preocupa, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Falam-se que muitas posições o Governo não tomou durante o período eleitoral de presidente da república, se omitiu de outras e outras coisas, mas na verdade, se houve omissão, eu não sei, o que posso reafirmar é que não houve omissão do Governador Álvaro Dias em manter o Paraná dentro da seriedade, da honestidade, que é pregada por este Governo e será até o fim do seu mandato. Teremos tempo de provar ao povo do Paraná quem é o Governador Álvaro Dias; estive ao seu lado e continuarei até o fim. Sei que estou defendendo um homem sério que merece respeito do povo para-

naense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

A Mesa bem como a Assembléia recebem com prazer a Vereadora Lola Menarim, Presidente da Câmara Municipal de Castro.

Sobre a mesa, Ofício n° 115/90, subscrito pelo Senhor Presidente do Partido Democrata Cristão -PDC, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Eduardo Baggio, filiado recentemente ao PDC, assumiu a Liderança do referido Partido na Assembléia Legislativa do Estado. Lido no Expediente. Ao Sr. 1° Secretário para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o projeto de lei que autoriza o Plebiscito para a criação do Município de Carambeí. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei n° 143/87, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 143/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que cria o Município de Carambeí, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

dos:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 259/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Lidianópolis, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 259/85, que cria o Município de Lidianópolis, ficando adiada para o dia 04.04.90, a próxima discussão. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 259/85, por 2 (duas) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 177/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que cria o Município de Mauá da Serra, com território desmembrado do Município de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 177/87, que cria o Município de Mauá da Serra, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90. Aprovado.

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei n° 177/87, por 2 (duas) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 170/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que cria o Município de Maripá, desmembrado do Município de Palotina, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 150/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Imbaú, desmembrado do Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 150/89, que cria o Município de Imbaú, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90. Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 150/89, por 2 (duas) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 50/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 50/90, que cria o Município de Pirapó, ficando adiada a nova discussão para o dia 04.04.90. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 50/90, por 2 (duas) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 115/90, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que cria o Município de Santa Mônica, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 116/90, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação Drogaditos- A.R.D., com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 121/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a União dos Aposentados e Idosos da Cidade Industrial de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 181/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 68/90), que autoriza o Poder Executivo a dar ao Município de Guaratuba, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Emenda. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 69/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio ao Fissurado Lábio-Palatal, de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 177/90, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria o Município de Santa Lúcia, "ad referendum", do resultado do plebiscito, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 269/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Cafezal, tendo como área os Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e o Distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 269/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Cafezal, tendo como área os Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e o Distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.85

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que estamos apresentando, visa atender a requerimento encaminhado para esta Casa de Leis, por munícipes residentes e domiciliados nos Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e o Distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama, em que solicitam a criação do Município de Cafezal.

O referido documento, que anexamos à matéria, possui farta e esclarecedora exposição de motivos, justificando a medida que, estamos convencidos, contribuirá para o crescimento, desenvolvimento e consolidação política e econômica de toda aquela pujante região de nosso Estado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 158/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que cria o Município de Vila Alta, desmembrado do município de Umuarama com as confrontações idênticas às do Distrito Judiciário de Vila Alta. Aprovado. (Publ. no DA. n° 59/89, de 27.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 391/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, a proposta em tela, tem por finalidade, declarar de Utilidade Pública a "Fundação Ibema, conforme especifica.

Encontra-se o processado devida e legalmente instruído com as peças exigidas pela Lei n° 6.994/78, que estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública em âmbito estadual.

Neste sentido, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre os aspectos legal e constitucional, vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE sobre a presente proposta, no sentido de que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite processual da mesma, pelos demais órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, somos pela Aprovação ao Projeto de Lei n° 391/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente.

SABINO CAMPOS

Relator.

Sobre a mesa, requerimentos de n°s 623, 629, 628, 627, 626, 625, 650, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 622, 621, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 450, 448, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 662, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 643, 652, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 644, 645, 646, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 661, 649, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 630, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de n°s 642, 641, 640, 639, 638, 637, 636, 635, 634, 633, 632, 631, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 447, 449, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 648, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 651, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 659, de autoria do Senhor Deputado Antonio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 660, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 655, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. (A Mesa vai verificar a situação deste requerimento e tomará as providências necessárias.)

Requerimentos de n° 609, 610, 611, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldim, constantes do expediente de sessão anterior. Retirados pelo autor.

Requerimento de n° 592, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou apresentando um requerimento à Mesa para dar cumprimento a um dispositivo da nossa Constituição do Estado do Paraná, promulgado no último dia 5 de outubro, onde a Constituição do Paraná diz no seu artigo 21, do Ato das Disposições Transitórias, que a exemplo do que fez a Federal foi prevista a criação no prazo de 90 dias a partir da promulgação de uma comissão especial para rever todas as doações, vendas e concessões de imóveis públicos, rurais e urbanos que foram concretizados no período de 1° de janeiro de 62 até 31 de dezembro de 87. Como os 90 dias já foram esgotados e até agora não foi dado cumprimento é que eu estou, através de requerimento, propondo a criação dessa comissão e estabelecendo os prazos para que essa comissão desempenhe e dê cumprimento a esse dispositivo constitucional.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados que eu solicito a aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Aprovado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamada nominal dos Senhores Deputados, através da 1.ª Secretaria.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado). Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Vinte e três Senhores Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há quorum para votação. Está encerrada...

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, queríamos saber qual é a composição, hoje, partidária da Assembléia Legislativa porque me parece que houve uma debandada muito grande por parte do PMDB, mas ao mesmo tempo houve uma série de arrependimentos e fichas foram rasgadas.

Queríamos saber então, Senhor Presidente, hoje, qual é o partido majoritário na Casa, se é o PMDB, se é o PRN, se é o PFL, como está a distribuição partidária da Assembléia Legislativa.

Mesmo porque temos as comissões internas que precisam ser totalmente refeitas agora em função das últimas modificações político-partidárias nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio, a composição das comissões na Assembléia ainda é um enigma.

Amanhã vamos ver para que lado foram os Deputados, ou ficaram, e após isto, vamos fazer uma nova recomposição das comissões.

Amanhã é o último dia do prazo para...

O SR. ALGACI TÚLIO - Amanhã é o último prazo para arrependimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 70/90, 94/90, e do Projeto de Resolução n° 06/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 69/90, 177/90.

2.^a DISCUSSÃO, dos Projetos de Lei n°s 269/85, 158/89, 391/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 199/89, 08/90, 88/90 e 161/90, e dos Projetos de Resolução n°s 10/90 e 19/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 1990.

ANÁLISE DO DR. ELIUD JOSÉ BORGES (OAB-PR 4713) SOBRE O ATRASO NO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS DO ESTADO DO PARANÁ.

Ao

Senhor Presidente da OAB-PR
DR. JOSÉ CID CAMPÊLO

REF: Alguns subsídios sobre o atraso no pagamento dos Precatórios do Estado.

01 Temos sob o nosso patrocínio 28 precatórios a receber do Estado do Paraná, envolvendo 450 servidores públicos, a maioria deles, professores, totalizando o crédito de 1.809.870,78 BTNs. Todos os precatórios são decorrentes de condenação do Estado ao pagamento de diferença de remuneração. Daí sua natureza ALIMENTAR, segundo define o próprio Decreto 4873/89, do Poder Executivo do Estado.

Nossos argumentos a seguir se atêm por isso aos Precatórios de natureza alimentar, ainda que achamos vergonhosa, ilegal e imoral a atitude do Executivo estadual que tudo tem feito para protelar o pagamento de todos os precatórios, afora alguns precocemente pagos através de verdadeira picaretagem com bens públicos: O Estado andou pagando algumas dívidas oriundas também de condenação judicial, mediante abatimento de 30% e desde que não houvesse ainda sido expedido Precatório a respeito. Com isso desviou muita verba que deveria ser utilizada para quitar os precatórios (ver DOEs anexos).

02 Na Justiça do Trabalho, o devedor de verba incontroversa tem de pagá-la já na 1.^a audiência, ou é penalizado pelo pagamento em dobro (art. 467 da CLT). É a proteção legal à verba de natureza alimentar,

como o é a referente a salários.

03 No direito de família o devedor de verba alimentícia que deixar de pagá-la em três dias será preso, sem prejuízo da execução da dívida através de penhora de seus bens (art. 733 e seus parágrafos do CPC c/c o art. 5° - LXVII da Constituição Federal).

04 O art. 100 da Constituição Federal, combinado com o art. 33 de suas disposições transitórias, deu relevo às dívidas de natureza alimentar, ou alimentícia, excluindo-as da ordem cronológica dos precatórios em geral, para, implicitamente, determinar o seu imediato pagamento, em coerência, aliás, com o inciso LXVII do seu artigo 5°, que prevê prisão civil para o responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentícia.

05 Os Tribunais do País, principalmente da esfera trabalhista, onde a maioria das condenações refere-se a salários, que têm cunho alimentar, com o surgimento das imposições constitucionais, não tardaram em condenar os órgãos públicos ao imediato pagamento das dívidas de natureza alimentar, a exemplo do v. Acórdão do Eg. TRT-4.^a Região, aposto ao Mandado de Segurança n° 121/88, assim ementado:

Como os crédito trabalhistas têm natureza alimentícia, a execução deles frente a entidades públicas, com o advento da Constituição Federal, promulgada em 05/10/88, não pode ser feita através de precatório, e sim pelas normas comuns da CLT. O precatório não mais pode ser utilizado em se tratando daqueles créditos de natureza alimentar, como dispõem, coativamente o art. 100 da Carta Magna e o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O v. Acórdão em referência, após es-correitíssimos fundamentos, concluiu:

Isto posto, concedo a segurança para que a execução do crédito trabalhista do impetrante seja processada conforme as normas comuns da Consolidação das Leis de Trabalho, sobre bens alienáveis e rendas de quaisquer naturezas..

Outra recente decisão do Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3.^a Região também, semelhantemente, firmou que o art. 100 da CF/88 exclui, expressamente do procedimento de execução previsto no art. 750 do CPC o crédito de natureza alimentícia, da qual participa o crédito trabalhista, não se restringe a questão apenas à ordem cronológica de apresentação de precatório (TRT-3.^a Região-Ac. do 1° Gr. de T. publicado no DJ da 05.10.89-MS 49-BH/MG; in AD-COAS, verbete 125.406).

A previsão constitucional tem sua clara lógica de ser: o crédito de natureza

alimentar, além do aspecto humano e de sobrevivência que contém, já está incluído permanentemente, ano a ano, no orçamento do Estado no item sobre gastos com a Folha de Pagamento dos servidores públicos. Não precisa e nem pode, pois, ser objeto do Precatório, cujo objetivo único é oportunizar ao Executivo incluir o seu valor no orçamento do ano seguinte, reservando verba para tanto. Mas no caso de vencimentos de servidores, repita-se, a verba para o pagamento é ordinária, sendo a cada ano, prevista, com ampla margem de oscilação para mais ou para menos.

06 A Constituição do Estado do Paraná, contrariamente à manifestação jurisprudencial, exige a expedição de Precatório, mas simplificou o assunto ao determinar, no § 5º do seu art. 98, que

Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual ou Municipal e pelas autarquias, no prazo de trinta dias contados da data da apresentação dos precatórios, na ordem cronológica de sua apresentação.

07 Dentro de 30 dias! A Constituição foi promulgada e publicada em 05 de outubro de 1989. Há 05 meses! Antes ainda dela, o Poder Executivo, à vista dos referidos artigos 100 e 23 da Constituição Federal, baixou o Decreto nº 4873, publicado em 31/03/89, determinando a separação dos precatórios em duas listagens. Uma exclusiva para os de crédito de natureza alimentar (art. 1º), que o definiu (§ 3º do art. 1º). O art. 3º, referindo-se aos precatórios pendentes de pagamento, deixa implícito que os de natureza alimentar deverão ser pagos imediatamente após os 60

(sessenta) dias de adequações às novas disposições constitucionais (art. 4º). Pura balela. As listagens, sim, foram publicadas há quase 1 (um) ano mas o Executivo não pagou nem 5% (cinco por cento) dos precatórios de natureza alimentar!

08 Assim, o Governo do Estado, enquanto apregoa que vai meter na cadeia seus devedores, ele mesmo, desumano e deslealmente, retém vencimentos de seus servidores há longa data, sem justificação alguma, que a não pode ter, pois não se consegue aceitar que haja crédito prioritário aos vencimentos dos servidores públicos. Aliás, a retenção deles constitui crime previsto no inciso X do art. 7º da Constituição Federal. Causa, de fato, estupefação ver-se tanto dinheiro esbanjado em caríssimas propagandas de promoção pessoal do Governador e de assessores seus, com desvio de verbas salariais! Não é crível que os servidores lesados em seus direitos banquem os financiadores de tão acintosas campanhas publicitárias à custa de parte de seus sempre humilhantes vencimentos! Em boa hora, a nossa gloriosa Ordem é chamada a pronunciar-se sobre este procedimento administrativo do Governo, e não se tem dúvida de que Vossa Excelência, Senhor Presidente, saberá, alto e bom som, exigir da Administração Pública que reponha os direitos sociais surrupiados de tantos paranaenses.

Estamos torcendo para isso, a par de nos colocar às suas inteiras ordens para outras eventuais colaborações neste sentido.

Cordialmente.

Curitiba, 1º de março de 1.990.
(a) Assinatura ilegível